

Revista anti-moderna, anti-liberal,
anti-democrática, anti-bol-
chevista e anti-bur-
guesa

ORDEM NOVA

Contra-
-revolucionária;
reaccionária; católica;
apostólica e romana; monár-
-quica; intolerante e intransi-
-gente; insolidária com escritores,
jornalistas e quaisquer profissionais
das letras, das artes e da imprensa

ANO 1.º JUNHO-JULHO NÚM. 4-5

LISBOA

1 9 2 6

ORDEM NOVA

REVISTA MENSAL

Redactores fundadores:

Albano Pereira Dias de Magalhães
Marcello Caetano

Secretário e editor: *J. Fernandes Júnior*

REDACÇÃO: *Rua do Norte, 57 — COIMBRA*

ADMINISTRAÇÃO: *Largo do Directório, 8, 3.º — LISBOA*

Composição e impressão: *Imprensa Beleza—R. da Rosa, 99 a 107—LISBOA*

Propriedade de *José Fernandes Júnior*

SUMÁRIO

N.º 4:

A honra portuguesa em hasta pública e a esperança da sua defesa.....	Albano Pereira Dias de Magalhães
O fim de um mundo (I)	Adriano Pimenta da Gama
A fé de Centurião.....	Ribeiro da Silva
A Igreja da Aldeia Francesa	Afonso Domingues
A Vigília.....	Nuno de Montemor

N.º 5:

A prisão do tenente Pinto Correia ou a vitória da Talassocracia...	Amadeu Pereira
O fim de um mundo (II).....	Adriano Pimenta da Gama
A nossa «adesão»	Marcello Caetano
O C. A. D. C. de Coimbra.....	Leão Ramos Ascensão
Pensamentos, palavras & obras: — Explicação necessária; — «Arte» sem moral nenhuma, Marcello Caetano; — Uma conferência em Coimbra; — Pela política; — «Gil Vicente»; — O aparecimento da «Ordem Nova»; — Sérgio e a sua comitiva, A. P. D. M.; — Bibliografia nacionalista; — A situação política; — A questão Académica.	

A honra portuguesa em hasta pública e a esperança da sua defesa

Desde o princípio declarámos guerra sem embuste contra todos aqueles que se julgam homens, mas que de homens só têm a animalidade. E declaramo-la desde o princípio, porque desde o princípio vivemos do Verbo que nos alimenta e nos guia no caminho direito em que seguimos, sem nos deixarmos tentar por qualquer atalho, que muitas vezes em lugar de nos fazer alcançar mais depressa o fim desejado, nos conduz a um deserto onde os caminhos se confundem e onde, para nosso mal, nos perderemos para sempre, se o arrependimento não vier a tempo, obrigar a retomar o lugar abandonado.

Que importa que leve mais tempo e que tenhamos de dar mais passos para chegar à *terra prometida*, se Deus nos der a graça de um dia a podermos pizar! O que importa sobretudo é não abandonar o Verbo que ampara a nossa vida, nêle alumarmos sempre a nossa Fé, para que, conduzindo-nos por uma estrada direita, mais tarde não hajamos de sofrer o amargor do remorso. Temos assim a certeza que à hora em que Deus nos chamar, por mais distante que nos julgemos do *términus* dêsse caminho, vamos pizar a *terra prometida*, triunfamos por fim para todo o sempre.

Não somos daqueles que adoptam a fórmula "os fins justificam os meios", hoje tão vulgarmente seguida pelos homens que formam esta sociedade de egoismo. Repeli-mo-la enojados como uma das grandes mentiras que a liberdade concedeu aos falsificadores, idealistas duma imaginação caótica e duma consciência sem escrúpulos, assim como a calúnia com que procuraram insinuar a sua pater-

nidade. Estamos convencidos que quanto mais elevado fôr o fim a que desejamos chegar, mais elevados devem ser os meios de que nos devemos servir para o alcançar. Se todos assim procedessem, não veríamos uma vida de *compra e venda* como essa que desgraçadamente hoje se vive. A propósito de mais depressa verem postas em prática as ideias que defendem, não têm dúvida de se juntarem a homens que vivem num campo manifestamente oposto ao seu. Passar de partido para partido, para volvidos tempos voltar ao primeiro partido, mudar de ideias para ideias, para dias passados perfilhar antigas ideias, é hoje tão vulgar que ninguém ousa suspeitar da honradez destes *verdadeiros homens de bem*. Como a antiga honra portuguesa que nós conhecemos através dessas admiráveis páginas da nossa história é maltratada pelos portugueses de hoje! Que é ela senão um manto esfarrapado que todos desprezam, porque se envergonham de sair com êle à rua! Aqueles que dizem ter ideias põem-nas em comércio, vendem-nas a retalho e sob condição, como se fôsse qualquer objecto negociável com os altos e baixos da praça. Quem é que hoje mereceria a confiança da grei para reformar esta nação desfeita pelos salteadores, como D. João de Castro mereceu da câmara de Gôa que lhe recusou o penhor do último bem que êle tinha — as suas barbas — oferecendo-lhe o que êle pedia para reconstruir a fortaleza desmantelada de Diu! É que então havia portugueses que prezavam a sua honra e a Verdade de Nosso Senhor Jesus Cristo acima de tudo e que diziam como D. João de Castro «eu não possuo ouro, nem prata, nem movel, nem coisa alguma de raiz por onde vos possa segurar vossas fazendas, sòmente uma verdade sêca e breve que me Nosso Senhor deu». Hoje os Joões de Castro vendem as suas barbas para possuírem o ouro e a prata, que são bens de Portugal. Que triste estado de vida em que nos encontramos! Mas se o nosso protesto é levantado contra todos aqueles que combatem o Espírito criador do mundo, mais erguido, mais forte ainda será contra aqueles que dizem guiar-se pelo Verbo e o Verbo atraioam. Se aque-

les homens venderam o carácter para amoldarem o seu viver às circunstâncias de momento, êstes mais se rebaixam ainda por quererem vir restaurar a ordem humana e deixarem-se arrastar como possessos pelas mesmas cobardias que acicamente censuram. São os fariseus blasfemando das suas acções diante desta sociedade podre que os julga uns santos e afinal não passam de "sepulcros caiados".

Quem como nós vive de boa-fé e julga que os outros que a nós se querem juntar, de boa fé trabalham, fica horrivelmente impressionado ao assistir a esta tragédia em que eles são os primeiros a infringirem as leis que a si próprios impuzeram. Mais uma vez temos de ter em conta aquela frase do Evangelho: "sede simples como as pombas e prudentes como as serpentes", simples com uma ambição sòmente: servir a Deus e aos homens que mandam em nome de Deus, prudentes para não nos deixarmos cair nas garras daqueles que fingindo só servir a Deus, são comprados pelo ouro de Satanaz.

*
* *
*

Palavras ainda escritas quando viviamos num ambiente denso de poeira, que sujava as almas dos homens que em Portugal tinham nascido, julguei por bem não as retirar. O país sofreu um dos maiores embates que a sua história conta. Estava-se a passar o quadro mais vil, mais miserável a que pode arrastar uma política toda conduzida por instintos, pela sofreguidão do mando, pelos caracteres deformados. Os "homens bons" mal podiam erguer a sua voz, abafada logo pelo vomitar colérico e estrondoso dos insaciáveis estômagos de todos os partidos políticos, que em tudo mandavam. Era tal a cobardia em que se estava, que a sensibilidade do português nela se havia perdido. Mas, num momento, ressuscitaram as forças dos revoltados quando ouviram ressoar pelos montes de Portugal o

êco daquele brado que trazia o sabor da terra antiga em energias novas.

Esse grito de revolta «às armas por Portugal», soltado por singular providência numa terra onde era festejada a Santa Padroeira da Nação fez tremer o País inteiro.

Estamos todos cançados de suportar o pesado jugo que os representantes da ladroeira tinham feito carregar sobre nós e esse grito de guerra tão alto erguido, tão impressionante foi, que fez levantar o labéu da cobardia e do comodismo a muitos portugueses.

Venceu-se por fim, louvado Deus! Mas bastará somente esse esforço, essa forte boa vontade de agir “por bem”, para que se desfaça para sempre aquela escuridão que entenebreceia Portugal, e para que possamos voltar a conhecer os “homens bons”, os homens de honra que a Verdade conheciam e praticavam? Estou convencido que só com uma decisão brusca e uma energia indomável sem qualquer espécie de transigência que com ela levaria a própria dignidade, podem estes portugueses enfrentar o caminho sem o desfigurarem e executarem o heroico trabalho a que se entregaram. Nada de paliativos nem de mistificações! A hesitação pactua com o êrro e nela está a cobardia, a falta de consciência da verdade que se possui. As intenções não chegam, são precisos actos claros e inflexíveis para que a inteligência caminhe sempre para a verdade sem preconceitos nem arremedos.

Já estarão sem vida os inconsoláveis políticos dos partidos e os confortáveis dos políticos?! Estão quasi sem vida aparente mas ainda estrebucham languidamente e como cobras venenosas arrastam-se pelo chão para, mordendo, matarem quem passa. Se os portugueses que venceram se apiedarem dessas feras abomináveis, pouco tempo será aquele em que de novo não sejam jugulados pelas suas garras e renasça mais densa a cruel intolerância da liberdade. A vitória não se limita só ao triunfo de momento, tem de ser uma vitória constante, um domínio completo sobre os málvados de espírito. Assim poder-se-

há vencer e depois quando tivermos passado «adiante sobre os cadáveres» quando virmos o campo em que vivemos limpo das impurezas da podridão, servindo e lutando apenas os portugueses honrados, podemos lembrar com orgulho êsse Portugal antigo e a honra dos velhos portugueses. Temos esperança que estes homens que propuzeram defender a Nação, executem a obra a que se lançaram. Afirmamos porém, que hoje como na primeira hora antes dos homens que como «homens passam», cremos na verdade de Deus, cremos na verdade portuguesa e por só termos Fé na «Verdade do Senhor», que vive eternamente só por Ela combateremos com os que d'Ela se alimentam.

Albano Pereira Dias de Magalhães.

«Dizer *organização democrática* equivale a dizer «um círculo quadrado». Não se organiza a democracia. Não se democratiza a organização. Organizar a democracia é instituir aristocracias; democratizar uma organização é introduzir-lhe a desorganização; organizar significa diferenciar, isto é, criar desigualdades uteis; democratizar é igualizar, é substituir as diferenças, as desigualdades, as organizações, pela igualdade que é estéril e até mortal».

Maurras

«Nas crises políticas, o mais difícil para um homem honrado não é cumprir o seu dever, mas conhecê-lo».

Bonald

O fim dum mundo

I

Aquietem-se aquelas almas ingênuas que rebates agoirentos conseguem lançar em desatinado alarme, quando de tempos a tempos se entretêm a buzinar a proximidade das perspectivas tenebrosas do fim do mundo;—do fim do mundo, que pseudo-sábios, gulosos de reclamo se esfalfam em anunciar com infalibilidade nunca desmentida... para tantos dias de vista. Tranquilisem-se os receiosos que de tal não tratamos; mais humildes e moderados são os propósitos de quem, estranho a esoterismos difíceis de que se nutre a fantasia dos homens, muito menos ousa antecipar-se às altas determinações da soberania divina. O futuro a Deus pertence—e a nós o que nos ocupa, agora, é o presente, o palpável, o visível, aquilo que todos sentem, todos vêem, e todos compreendem, mas pouquíssimos têm a coragem dignificante de confessar; o que pretendemos é focar a decomposição em que se esboroa um mundo chagado de todas as misérias que o suceder dos tempos amontoou, um mundo moral e social que, cansado de viver, volta costas a Deus para de todo se sepultar no culto degenerado e fanático das divindades do inferno. O que nos preocupa é esta tempestade de baixo materialismo em que o viver moderno se vai dissipando e onde na desorientação dum naufrágio irremediável, raríssimos são os que um ancoradouro seguro consegue encaminhar à terra firme.

Mas que caracteriza o mundo moderno? Se quisermos, ainda que rapidamente, retratar a fisionomia da época que corre, hemos de confessar que os seus traços mais salientes valem por sintomas certos da decrepitude que antecede a morte. Por toda a parte em todas as manifestações da vida, a mesma vocação sistemática para a desordem, a mesma oposição à natureza, à regra, ao equilíbrio, o mesmo apêlo persistente às disponibilidades todas do *non serviam*. A um espírito atento não é difícil descobrir na enxurrada volumosa de lixo em que

vai perdidamente engolfando a dignidade cristã da criação, alguns dos aspectos mais simbólicos da Anti-Vida.—Que se nos depara em verdade? Rocemos apenas, repito, alguns dos aspectos mais flagrantes de tão complexo problema, que tentar outra coisa nem está ao alcance das nossas forças nem o consente a falta de espaço. Mas vejamos:—na política, ditam a lei políticos venais, políticos corruptos, mentirosos, maus, estúpidos, vaidosos, governantes que intuitos infames quasi sempre determinam em prejuizo, claro, da Pátria e do bem comum. Na alta banca e no comércio, banqueiros e plutocratas que a sugestão perturbante do ouro afoga dia a dia em negociatas desonrosas. Mais além, num plano diferente,—diferente o plano mas idêntica a putrefacção,—é a balburdia selvática dos hotentotes da chamada elite intelectual, num feirar apressado dos mais baixos interesses utilitaristas de toda a espécie.

O escritor esqueceu completamente a altíssima função moral e social que lhe cabe como trabalhador da Inteligência,—a tal ponto que hoje, quando se foge de esbarrar com um pensador pessimista, um *dilettante*, um séptico incapaz de compreender esta forte verdade de Bonald *«Un écrivain doit avoir en morale et en politique des opinions arrêtés, il doit se regarder comme un instituteur des hommes; car les hommes n'ont pas besoin de maîtres pour donter»*, certo é ir-se cair no cultivo de escritores sem o senso das conveniências morais, autênticos malfeitores que engordam a bolsa e o corpo, alimentando a imaginação literária no depósito de anomalias e desgraças que a vida nos apresenta.—E eis que nos surge um dos mais agudos transes em que se agita o mal moderno. Sob o pretexto falso da independência da arte, de que a arte se pode passar da moral, não há aí amanuense ou terceiro oficial da grande república das letras, que se não julgue no direito de escoucear asnidades ou irreverências, verdadeiros mares altos de infâmias e aleijões, em cujas ondas naufragam os próprios escrevinhadores, como comparsas e *viveurs* que são, quasi sempre, dos espectáculos repelentes que descrevem. É içado ao galarim, com acompanhamento geral e batuque solene dos intelectualetes de tanga, todo aquele que, mesmo quando pinta ignóbeis porcarias, o faz numa prosa (?) artística, bela, como eles dizem!!! Que miséria! Como se a arte—a expressão criada do belo—pudesse porventura medrar da porcaria, como se a mentira deixasse de o ser só por se apresentar oculta em roupagens de oiro!

Ainda e sempre é a preocupação doentia do transitório, do instável, do que é fortuito, do que é mortal; o pensamento a substância, o ser essencial, a alma das coisas — arcaísmos de filósofos gregos, futilidades desprezíveis... para terceiros oficiais e amanuenses da grande república das letras. E no entanto só há Beleza no Bem, só na Verdade há Arte.

Arte é perfeição, é harmonia, é ordem. Onde mais arte de que na própria natureza? — e onde mais acabada realização da ordem, da harmonia, da perfeição (dentro, é claro, da relatividade de tudo o que não participa da essência divina)?

Não apenas, note-se, ordem, harmonia e perfeição no temporário, no exterior, no passageiro — mas tudo isso na própria constituição íntima da natureza, no modo essencial da sua existência.

Criticando a Chateaubriand em termos que são um modelo de concisão, de fôrça, de justeza e de penetração psicológica, diz o admirável Veuillot — um velho mestre da *Ordem Nova* :

«Il est de ceux qui ne savent écarter aucune pensée capable de revêtir une belle couleur et de rendre un beau son», e referindo-se a La Bruyère :

«C'est tout simplement un artiste, un homme de lettres, faible moraliste, car il est plein de misanthropie, et qui, comme tous ceux de sa profession aurait donné cent vérités pour une antithèse. Il suffit d'ouvrir son livre charmant e faux pour reconnaître un de ces esprits qui jouent à la surface des choses, ne cherchant dans les spectacles et les misères de la vie que des effets de littérature».

Pois nada melhor que estes trechos espelha a bastardia dos escritores de hoje, prosadores e poetas, — que poetas mesmissimamente se regalam no amor à insurreição. Com efeito, os vãos do lirismo, renunciando a horisontes altos de espiritualidade sadia, andam abastardados, sufocados em produções abjectas de homens insanos, morais e mulheres despudoradas. E neste momento, sem querer, acode-nos ao espírito, num mixto de tristeza e de comoção, a lembrança da lira gentilíssima de António Sardinha e de António Correia de Oliveira, dois espíritos superiores — um, calado, — ai de nós! — para todo o sempre, outro em exuberante e vigorosa floração do seu magnífico talento. Poetas líricos distilando de entre a fluidez rítmica e a doçura dos seus cânticos o perfume forte dum apuradíssimo rendimento emotivo. Ah!

Como chega a ser doloroso comparar a casticidade da exaltação cristianíssima e nacionalista de Sardinha e de Correia de Oliveira, à mancebia de temas acanalhados e imagens pobretonas, que outra coisa não são as combinações em que chafurdam e inevitavelmente asfixiam a inspiração e a sensibilidade dos poetas e poetisas modernos.

Nunca como hoje foi tão festejada a abundância de novos versos, — pois nunca como hoje foi tão evidente a péssima qualidade dos versos... e dos versejadores.

Nas artes plásticas, então, quanto a interpretação e crítica da sua finalidade e objectivos, e quanto ao gosto estético, os deslises são aos montões e idêntico é o vendaval de anti-humanismo. O artista não busca as sugestões do espírito, numa indiferença irracional à emoção interior, ao deleite intelectual, todo o labor do artista se dirige aos sentidos, todo o seu esforço tende à excitação da sensação visual e dos instintos inferiores dos homens. As noções clássicas da geometria e da anatomia são velharias anacrónicas para os artistas de hoje, que assim documentam, nas suas criações, uma incapacidade estrutural para tudo que não sejam realizações facciosas do bizarro, do extravagante e do esquisito.

Na imprensa, aparte raríssimas excepções, a que rendemos as nossas homenagens, pontificam jornalistas imbecilmente metafóricos, cultivando o paradoxo e a antítese em malabarismos de arlequim barato, dos que se não pejam de conquistar e escorar a reputação profissional sôbre a publicidade de casos da mais íntima e respeitável discricção até, modernistas ou lá como se alcunham, que da prosa portuguesa, da velha prosa portuguesa, séria, forte e castiça, fizeram uma coisinha desarticulada, leviana e frágil, uma coisinha para uso adequado de *boudoirs* de meninas de pálpebras cerradas, olheirentas e sonhadoras, um arremêdo de prosa a que falta tudo — a fôrça, a graça, a elevação, um objectivo educador, um propósito cultural.

Vai longo já o cortejo dos postiços da civilização dos dias felizes que correm. Para fechá-lo nada me parece mais ajustado que essa falange elegantíssima de meninas e meninos tarados e estéreis, saturando a ânsia de saber no menear mais ou menos aprimorado do tango e na leitura da página desportiva do *Diário de Notícias*, ornamentos desbotados duma sociedade apodrecida que se mascara de luto em sexta-feira da Paixão, saudosa das folias soltas da última noite de entrudo, uma sociedade péssima, em suma, a que a ironia galante do

carnet mondain confere os títulos impagáveis de «alta roda» e «boa sociedade».

*
* * *

È contra êste mundo degenerado e sobretudo contra a teologia que o informa, contra o espírito que lhe deu vida, que os poucos homens isolados neste reduto congregam as suas baterias duma ira sagrada, e se afirmam intolerantes e intransigentes. E assim se esclarece também o sentido da nossa não solidariedade com escritores, etc., etc.

Mas, intolerantes? Mas, intransigentes?— resmungarão aflitos os ruminantes das soluções intermédias, os pacatões que certo é encontrar sempre equidistantes de polos opostos, os prudentes que lá vão empurrando a vida com felicidade rara num equilíbrio sagacíssimo entre uma concessão precatada à verdade, logo seguida dum comprimento rasgadíssimo à mentira.

Intolerantes, sim! Somo-lo, porque a revelação própria de Deus e o testemunho das criaturas nos amarram à certeza de que ao mundo o ilumina a luz invariável duma Verdade. Mas, por isso mesmo que o é, a Verdade exclue tudo o que o não seja, afirma-se absoluta, intransigente— «porque—lá o recorda Maritain—é um princípio primeiro da razão, que o que é incompatível com a Verdade é necessariamente falso».

Uma Verdade que transige e tolera o êrro é uma verdade que se nega, e, então, o seu carácter essencial de absoluto e necessário torna-se contingente e relativo.

Convém, no entanto, distinguir para sem sofismas definirmos a nossa posição e acabarmos de vez com êrros que a obliteração do verdadeiro sentido das palavras constantemente determina.

Se, por um dever de dignidade e coerência intelectual e moral, intolerantes nos confessamos,— e é com orgulho que o fazemos, não o esqueçam os pusilâmines,— a lição cristã e humana da vida nos ensina que o pecado original, desviando o homem do estado de justiça, da visão paradisiaca, o entrega às solicitações negativas da sua natureza decaída. Dado tal contraste, é ainda a teologia católica quem nos ordena que, ao equacionarmos os problemas da vida, entremos em linha de conta com um coeficiente comum à humanidade— a imperfeição

do homem. E então, meditando sôbre a sua natureza de ente decaído, o conhecimento dêste estado intima-nos a um respeito profundo, a um acatamento humilde e a uma observância tão completa quanto no-lo permite a nossa própria imperfeição, das normas da caridade.

Eis sinteticamente o nosso lêma: caridade fraterna em ordem ao pecador, intolerância armada em referência ao pecado.

Assentemos, pois, em que repudiamos com desprezo o conceito cómodo e cobarde da tolerância—e que o fazemos para que em seu lugar se ame a Virtude altíssima da caridade. Não nos pertence nem seduz o epíteto de energúmenos, mas honra-nos sobremaneira a afirmação de que para a luta nos perfilamos sem rodeios dentro das regras e disciplinas dumã intolerância consciente e voluntária.

Conhecemos a Verdade! Tanto nos basta! Proclama-la-emos! im-po-la-emos! Quem não for por nós, contra nós o consideramos. O nosso método é, portanto, singelamente afirmativo. A retórica, essa cedemo-la de bom grado àqueles jornalistas que se não dispensam de tornejá-la galhardamente, quando se metem a estilizar, em refervidas mixórdias lírico-burlescas, um caso banal de facadas na Mouraria ou de adultérios de costureiras.

Temos um método e temos um fim. Atentos às lições sábias de Mestre Sardinha,—o mais fervoroso enamorado da Verdade, de que jámais se honrou a nossa Terra—, todo o nosso esforço se ha-de resumir, afinal, na ordenação dos valores reais da existência, dirigidos no sentido de Deus e do Cristianismo Romano, pelas potências, eternamente criadoras do Espírito. Se os iconoclastas da centúria de setecentos se empenharam na tarefa inglória e vã de derrubar os Santos de Deus, a nós outros, iconoclastas cristãos do século xx, está-nos destinada a emprêsa, mais legítima e menos estéril,—queremos crê-lo,—de esorraçar dos nichos de lama doirada em que se acoitam os ídolos disfarçados de Diabo.

(A concluir no próximo numero)

Adriano Pimenta da Gama.

A fé do Centurião

O conceito de militarismo é um daqueles conceitos nacionalistas pelo qual os verdadeiros democratas e os simples espíritos rotulados de liberais nutriram sempre uma decidida aversão. Na sanha pertinaz com que alvejam de doestos e de críticas falaciosas as doutrinas contra-revolucionárias, frequentes vezes se ouvem ardidias imprecações contra o militarismo, entendendo-se vulgarmente por esta palavra tudo quanto tenda a aumentar a potência militar do Estado, quer dotando o exército com todos os recursos indispensáveis ao exercício da sua função, quer desenvolvendo-lhe o espírito combativo de maneira a torná-lo eminentemente apto para a guerra.

■ Não admira que assim aconteça desde que se obliterou ou preverteu inteiramente a noção do que seja a "guerra" e se passou a encarar esta unicamente pelo prisma sentimentalista, ultra-romântico, que nos faz ver nela apenas a boceta de Pandora, sempre prestes a abrir-se para flagelar a pobre humanidade com todo o seu cortejo de horrores e de malefícios. A guerra seria assim, por sistema, qualquer coisa de monstruoso, de anti-cristão, que nada justificaria, uma sobrevivência odiosa de outros tempos, à qual serviria de débil explicação a insensatez e os maus instintos do género humano, sempre prontos a explodirem ao menor capricho das "cabeças coroadas" que o governam. O comportamento recente da Alemanha, estado militarista por excelência, durante a última guerra, veio reforçar com um novo e aparentemente poderoso argumento a dialética cheia de prejuízos dos pacifistas de todos os matizes: era para eles um exemplo que servia de regra aquilo que para nós não passava duma excepção, ou melhor dizendo, uma aberração.

Qual, afinal, a verdadeira noção de guerra? Haverá uma doutrina cristã da guerra? Qual a função do exército, e que deverá entender-se por militarismo? Eis o assunto que a largos traços nos propomos versar hoje nas páginas da Ordem Nova.

*
* *
*

Há que encarar os fenómenos sociais tais quais são e não como a imaginação mais ou menos exaltada de cada indivíduo desejaria que fôsem. Esta conformidade ou aceitação dos factos, tanto no mundo físico como no mundo social, não nos impede, claro, de tentar a sua correição ou melhoramento, de procurar extrair dêles aquela parcela de utilidade que porventura contenham, recolhendo-lhe o máximo de ensinamentos que das suas manifestações resultem.

A luta existiu, podemos dizê-lo, ao principio de todas as coisas, existe como condição essencial de vida nos indivíduos de todas as espécies; como haveriam os aglomerados humanos de furtar-se à sua sujeição e obediência, se o esforço violento, a guerra, numa palavra, é uma lei imperiosa do mundo, à qual ser algum se subtrai sem se votar ao aniquilamento?! La guerre est donc divine en elle-même, puis que c'est une loi du monde, comenta Joseph de Maistre nas magnificas páginas que ao desenvolvimento dêste sugestivo tema consagra nas "Soirées de Saint-Petersbourg" e que por demasiado extensas muito lamentamos não poder transcrever.

Nesse extraordinário romance que é «Le voyage du Centurion», Ernest Psichari ao inscrever-lhe na portada os versículos de S. Mateus que narram o encontro de Jesus Cristo com o Centurião, pretendia de algum modo, reivindicando o direito de associar o Evangelho e a Espada, prqvar que existe uma doutrina cristã da guerra.

Rememoremos o episódio bíblico, tão judiciosamente aproveitado pelo neto ilustre de Renan:

«E tendo entrado em Cafarnaum chegou-se a êle um centurião rogando-lhe e dizendo: Senhor, um meu criado jaz em minha casa paralítico e é fortemente atormentado. Jesus lhe disse: Eu «irei» e o «curarei». E respondendo o centurião, disse: Senhor, eu não sou digno de que entres na minha casa; porém dize sòmente uma palavra e será curado o meu criado. Porque eu também sou um homem subordinado, tendo soldados às minhas ordens, e digo a um: Vai, e êle vai; e a outro: Vem, e êle vem; e ao meu servo: Faz isto, e êle o faz. Ouvindo, porém, isto, Jesus se admirou e disse para os que o seguiam: «Em verdade vos digo, que não achei tamanha fé em Israel. Mas eu vos afirmo, que virão muitos do Oriente e do Ocidente, e se assentarão com Abraão, e Isaac, e Jacob no meio dos céus: E os filhos do reino serão lançados nas trevas exteriores; aí haverá choro e ranger de dentes». Então disse Jesus ao Centurião: «Vai-te, e faça-se-te assim como tu creste». E ficou sã o criado naquela hora».

Comentando êste passo no belo capítulo que nas «Nouvelles Pages de Critique et de Doctrine» dedica ao «Voyage de Centurion», esclarece Bourget: Le Christ qui a dit au riche: «Quittez vos riches ses» ne dit au Centurion: «Quittez votre service»: Et écoutant ces paroles de discipline sans les relever, il les fait siennes. Que dis-je? Il admire celui qui les prononce. «Audiens autem Jesus miratus est...» Il ajoute: «Je n'ai jamais trouvé autant de foi dans Israël».

Por muito chocante que a afirmação possa parecer aos espíritos susceptíveis, a verdade é que nunca um militar bom cristão abdicou desta sua última qualidade pelo facto de no decorrer da sua carreira haver cumprido integralmente os deveres inerentes à profissão das armas — o que fazia dizer penetrantemente a Joseph de Maistre: Rien s'accorde dans ce monde comme l'esprit religieux et l'esprit militaire.



Que um exército, que o seja em todo o significado da palavra, não desempenha a dentro de um país a função meramente defensiva e de mantenedor da ordem, que é de uso unicamente atribuir-lhe, eis outro principio que há toda a necessidade de divulgar e acentuar nitidamente. Depositário e zelador da honra nacional, contando, como elementos de fôrça moral, não só os que lhe advêm do culto da disciplina e do espirito de sacrificio, como também os que resultam das tradições gloriosas que lhe esmaltam o passado, o exército tem de ser um reservatório de energias e de virtudes, exercendo com esta função educativa um permanente e salutarissimo influxo na vida da nação.

Nada de mais democrático e de mais anti-nacional do que considerar o militar um funcionário como outro qualquer, membro duma corporação regendo-se por normas e regulamentos semelhantes aos das outras corporações. Sobre o militar impende um maior número de deveres, e, correlativamente, um menor número de regalias do que aquelas que competem ao simples cidadão. Não quere isto dizer que o patriotismo do militar seja superior, de alguma maneira, ao patriotismo de quem não é militar. Já Psichari no seu primeiro romance L'appel des armes, ao presagiar a coragem de todos os combatentes da grande guerra, dizia que o dever do militar profissional "começava mais alto e ia mais longe, diferindo essencialmente do dever do simples patriota". L'officier n'est pas patriote à un degré au dessus du citoyen. Il l'est autrement...

São ainda de Bourget, ao discorrer sobre o militarismo na obra que acima citámos, as linhas profundamente verdadeiras que se seguem: Il importe de réagir et de reconnaître que c'est une chimère de rêver d'une armée nationale sans militarisme, c'est à dire, sans la constitution d'une atmosphère intellectuelle et morale spécifiquement

militaire. *Insistindo sôbre a palavra específicamente, diz o illustre critico que a teoria de que há uma especificação de profissões foi sustentada pela primeira vez por Balzac no prefácio da Comédia Humana, ao afirmar: Il a donc existé, il existe donc de tout temps, des espèces sociales, comme il y a des espèces zoologiques, ou seja "que para se adaptar às exigências duma determinada espécie de actividade, o individuo deve desenvolver certas faculdades com prejuizo de outras".*

Há mistér reconhecer que a profissão das armas pelo espirito de abnegação e de obediência que exige, pelo que em si possui de espiritual, é mais alguma coisa do que uma vulgar profissão; reconhecia-o Psichari com notável clarividência ao afirmar no Appel des armes que a função do soldado contém em si uma moral e uma mistica, não havendo profissões que se lhe comparem, a não ser a de "padre" e de "sábio". Como um sacerdócio, efectivamente, tem de ser considerado o duro officio que para alguns não passa de um "modo de vida", sujeito, muito embora, de quando em vez, a converter-se em "modo de morte"...

"Servir", na mais alta e nobilitante acepção do termo — eis o lema do soldado, a função dum exército!

RIBEIRO DA SILVA

«A certeza de rectidão dos nossos sentimentos é sempre superior à da justeza dos nossos pensamentos. Infelizmente muitas pessoas julgam ter o espirito justo porque têm o coração recto: são as que praticam o mal duma maneira mais perfeita porque o praticam em perfeita segurança de consciência».

Bonald

A Igreja da Aldeia Francesa

Uma manifestação artística é sempre uma prova de vitalidade, civilização e cultura que interessa especialmente quando, pelas circunstâncias que a acompanham, vem a ser um índice duma nova ordem estética que trás apaixonados os animos intransigentes das escolas.

A Igreja da Aldeia Francesa origina-se num facto que é também um bom sintoma de vida, de fôrça e carácter, bem para ser imitado entre nós.

Em Abril dêste ano ia-se abrir em Paris uma Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais modernas. No plano da exposição, do util à ninharia, do belo e da elegância ao feio aborrecido, tudo entrava ali. (1)

Era uma feira de arte com reclamos comerciais. (2)

Mas os organizadores da exposição, ou por sectarismo ou por esquecimento imperdoável, não se preocuparam com as manifestações do Belo Cristão.

Uma igreja dominando aquela politonia desvairada, que ia da *Espanade des Invalides à Place de la Concorde*, era um contraponto perfeito a ferir as consciencias liberais que preferiram o enxovalho do pavilhão soviético a ceder dos seus ideais laicizantes. Estava então no poder o Cartel de Herriot!

O caso alarmou os artistas católicos que, longe de acatarem o facto consumado, se mobilizaram para reivindicar um terreno na exposição. Não lhes sofria o patriotismo que a França católica se encontrasse sem pavilhão religioso ao lado dos oratórios estrangeiros.

(1) Cfr. *Vue d'ensemble sur l'Exposition Internationale des Artes Décoratifs et Industriels modernes*. Paris, Abril-October, 1925. Conférence faite le 18 Janvier 1925, par M. H. M. Magne, professeur au Conservatoire.

(2) Cfr. *L'Architecte*. Paris, Maio de 1925. *Art et Decoration*, Paris, Junho de 1925. *La Revue Catholique des Idées et Faits*. Bruxelas, Julho de 1925.

Era um vexame que o pundonor nacional não suportou, (1) além de que se tornava necessário afirmar e provar a êste século de revisões históricas e precisão científica, que o catolicismo do século XX ocupa o primeiro lugar dos grandes movimentos artísticos, como no tempo das catedrais da Idade-média e da Renascença.

E o protesto corria França inteira, exigindo a sua representação católica naquele certame, quando os administradores da exposição se lembraram de oferecer à *Société de Saint Jean* uma nesga de terra, mesquinha e mal situada, na secção *Village Français*, donde o nome do templo.

Era um triunfo já; mas como o estado não subsidiava os artistas surgiu nova campanha para angariar os fundos necessários para a construção da igreja. E não se desmentiu a generosidade dos católicos franceses.

As dificuldades de tempo e de espaço só realçaram o talento de J. Droz, que soube riscar um plano e architectar uma igrejinha, que foi um autêntico museu de arte religiosa moderna e uma síntese admirável do valor profissional, técnico e artístico dessas novas corporações, como a *Société de Saint Jean*, *L'Arche*, *Les Catholiques des Beaux Arts*, *Artisans de l'Autel* e *Ateliers d'Art Sacré*, que se propõem restaurar a arte católica e as antigas tradições de Ile de France. (2)

(1) Cfr. vários números de *La Vie Catholique*, 1925.

(2) Cfr. *Senex* na *Revue des Jeunes*, Paris, 25 de Abril de 1922, onde nos diz que «Le groupe de l'Arche se propose depuis quelques années, de restaurer dans l'Art Catholique une doctrine artistique, afin d'exécuter des œuvres collectives où chacun apporterait sa collaboration en vue de l'ensemble et dans un véritable esprit chrétien d'humilité. De fait, ce fut une grande nouveauté que la création d'un tel groupement: on comprenait enfin que pour faire œuvre d'art religieux, il fallait un apprentissage de catholique et un apprentissage de technicien et que cet apprentissage il fallait le poursuivre en commun afin que la variété des tempéraments artistiques et la diversité des techniques, architecture, sculpture, peinture s'harmonisent et s'entr'aident au service de cette synthèse surnaturelle, où l'homme, la nature et Dieu sont mis en un. Les Artistes de l'Arche renouvellent, sous les regards et à l'encontre de l'individualisme contemporain, le beau geste collectif par lequel au Moyen Age la cité artistique organisait sa besogne d'hommages en l'honneur de la Cité divine».

Notemos, porém, que a restauração da Arte Cristã, pela qual pugnam os mestres daquelas corporações, não tem o carácter de imitação arqueológica, porque é precisamente contra as imitações bizantinas, românicas e ogivais, contra o academismo estéril e contra a mentira dos fingimentos que se levanta aquela pléiade de verdadeiros artistas.

Não quiere isto dizer que neguem aos estilos e escolas de outrora a sua beleza e função directiva na educação do gosto. A tradição artística serve-lhes tão só de inspiração no sentido progressivo, porque a Arte é movimento e vida sempre a criar.

Não os preocupa o estilo. Defini-lo é trabalho de arqueólogos e deixam-lhes o prazer de serem criticados, reclamando para si a liberdade de inventar, a liberdade de viverem *o espírito* das corporações antigas que nos legaram obras belas, originais, porque as não preocupavam manias imitativas. Isto mesmo me dizia M. Storez, architecto e director de *L'Arche* no congresso litúrgico de Malinas, de 1924.

E porque se rejeitam teorias só por não serem das nossas predilecções, julgamos muitas vezes injustamente verdadeiras obras de Arte, deixando aos vindouros o prazer espiritual de se rirem das nossas exigências de escola. Há por esses museus fora um bom número de quadros, por exemplo, que hoje são tidos por clássicos e foram rudemente criticados ainda não há vinte anos, (1)

Os artistas de que nos ocupamos, conscios de que a Igreja não tem formas estéticas peculiares, mas se serviu em todos os tempos das que o génio humano foi ideando, eles querem imitar os artistas das velhas eras, criando obras belas com as formas, material construtivo, técnica, pensamento, comoção e ritmo do nosso tempo. Querem ser modernos pondo ao serviço de Deus quanto modernamente é belo, subordinando os seus trabalhos às leis da liturgia e às necessidades da nossa época, lembrados de que Pio X queria o seu povo a rezar ajudado da beleza. (2)

Querem ser modernos como o foram no seu tempo os maravilhosos cinzeladores de Nossa Senhora de Paris, das catedrais de Reims,

(1) Cfr. Léon Jacobs, *Le besoin d'une esthétique nouvelle*, em *Les Cahiers de la Jeunesse Catholique*. Lovaina, 1925.

(2) Cfr. *Notes d'Art et d'Archéologie*. Paris, Julho de 1923.

Amiens, Beauvais, como o foi Fra Angélico, que usou da escala de cores e teorias pictóricas que revolucionavam a pintura de então.

Levados do amor da verdade até o escrúpulo, baniram o fingimento e o convencionalismo das suas obras, que não serão de falsos mármore, nem de madeiras imitadas, nem de pedras e metais fingidos.

O material de construção, os elementos architectónicos, os adornos, a luz, a côr com toda a riqueza de tons revelados pelo espectro solar, o ritmo ornamental das pinturas murais, a mesma música, obedecem ao mesmo espírito de verdade, ocupando cada coisa o seu lugar e na função lógica competente, trabalhando cada artista no seu mister para que cada obra de arte seja uma nota inspirada na grande sinfonia moderna, entoada a Deus nas suas igrejas. (1)

Não venho criticar os cânones estéticos que regem as novas corporações, porque me não cabe nesta revista, que não é de arte, mas apenas avaliar o que valem vontades esforçadas criadoras da Igreja da Aldeia Francesa.

Chamei corporações aos grupos de artistas que a levantaram. Não fiz mais do que lhes dar o mesmo qualificativo honroso de que se prezam. Senão, vejamos. *Les Catholiques des Beaux Arts*, por exemplo, «formam um grupo corporativo, moral e religioso, cujo fim é a beleza. São centenares hoje e formam uma corporação magnífica de artistas católicos franceses sôb a direcção do R. P. Janvier, O. P. (2)

Seria interminável se tivesse que falar de todas. Mas pelo espírito que rein nos *Ateliers d'Art Sacré*, patrocinados pelo Instituto Católico de Paris e sob a direcção de Maurice Denis e G. Desvallières, poder-se há fazer uma ideia da importância e finalidade dos agrupamentos citados.

«Constituidos num plano corporativo os *Ateliers d'Arte Sacré* compreendem :

- 1) Alunos admitidos com a aprovação dos mestres ;

(1) Para um estudo mais minucioso das novas correntes de estética religiosa Cfr. *Nouvelles Théories*, de Maurice Denis, Paris, 1922, e sôbre a Arte Moderna em geral. Cfr. *Pour comprendre l'Art Décoratif moderne em France*, de H. Verne et R. Chavance, Paris, 1925.

(2) Do prospecto oferecido ao público na Igreja da Aldeia Francesa.

2) Aprendizes que deram a sua palavra de consagração à Arte Religiosa, sendo-lhes os trabalhos dirigidos nesse sentido;

3) Colegas colaboradores dos mestres. Graças a esta formação os membros dos *ateliers* podem trabalhar numa mesma obra com o mesmo espírito cristão, vivificado e nutrido pela missa mensal da corporação, pelos cursos de dogma e liturgia e pela peregrinação anual a Notre Dame de Bethlém de Ferrières-en-Gâtinais».

Tanto esta como as outras corporações de que falamos, tem secções de architectos, pintores escultores, pedreiros, gravadores, carpinteiros, ourives, ferreiros, entalhadores, marceneiros, músicos, sem esquecer a secção de indumentária litúrgica ao cuidado da agiidade, bom gosto, elegância, sensibilidade e amor dos dedos femininos.

Que pena não termos em Portugal uma organização similar!

Queixamo-nos do desmazelo, da miséria dos nossos arcazes religiosos depois do sequestro de 34 e 1910, da baroquice encalçada dos nossos altares que continuam a inspirar os entalhadores e douradores num sentido de cópia, e ficamos a lamuriar o presente sem preparar o futuro.

Outros, então, conhecendo que a Arte Religiosa portuguesa estacionou e lembrados do que foi noutros tempos, encolhem os ombros consolando-se com a ideia de que não temos as velhas corporações que enriqueceram as nossas catedrais e mosteiros!

Também as corporações tinham morrido em França e mercê das almas tenazmente idealistas e patrióticas não se criou apenas uma, mas só de Paris foram cinco as corporações que trabalharam na Igreja da Aldeia Francesa.

Analizemo-lhes as obras.

A architectura e edificação correu à conta da *Société de Saint Jean*.

À entrada, o alpendre gracioso de telhas curvas, alberga um trabalho de cerâmica em alto relevo, de azul apurpurado.

Sobre as chamas estilizadas dos quatro pilares adossam-se respectivamente quatro anjos, que são um mimo de devoção. A atitude recolhida do conjunto obriga-nos de chofre à devoção, apesar dos anjos terem o cabelo cortado na nuca como as donzelas que seguem essa moda arrapazada!

Os artistas da Idade-Média também assim nos esculpiriam os santos e os anjos se vivessem no nosso século. Pois não é pela iconografia, que eles nos legaram, que chegamos a conhecer os trajes e as modas daquela idade distante?

Nos panos centrais dos azulejos reproduzem-se as figuras simbólicas de Cristo e da Eucaristia usadas nas catacumbas romanas.

Entre os dois pilares que vão formar o campanário, rasga-se sobre o alpendre o octógono da rosácea; concêntrico, outro de lados paralelos ao primeiro.

Assentam neste oito pentágonos que se inscrevem no polígono exterior, formando oito losangos. O vitral dessa *Rosa Celeste* dá-nos cores transparentes de água e recorda-nos, nas figuras miniaturais da Coroação da Virgem Maria, a ingenuidade, o sentimento, as linhas, o ritmo dos frescos de Fra Angélico.

O campanário é a obra mais original daquela fábrica architectónica.

Os leitores vão imaginá-lo recordando-se das nossas ermidas que branquejam por esses montes e vales da nossa terra.

Lembram-se do campanário de um só sino ou dois, sobreposto ao vértice do frontão da fachada?

Pois bem, suponham agora que o campanário em vez de assentar no vértice se sai para fóra em proporções monumentais, encavalitado nos dois pilares adossados à fachada e que arrancam ao lado do alpendre num verticalismo nũ, e numa consola de quatro fiadas de dentículos, erguida ante o vértice do frontão.

Entre os dois pilares e a consola central, todos quadrangulares, rasgam-se as janelas dos sinos. Sobre estes repouisa um quadrado onde Jesus agoniza numa cruz monumental, prolongada pela consola. Aos pés flutua a Arca,—sêlo corporativo de *L'Arche*.

Nos cantos do quadrado, talhadas como o crucifixo, as quatro figuras simbólicas dos Evangelistas lembram enormes camafeus circulares de ónix.

No frontão do campanário dois anjos voando em direcções opostas, e a pomba alusiva ao Espírito Santo coroam a fachada da Igreja da Aldeia Francesa.

Alpendre, rosácea e relevos do campanário são obras de *L'Arche*.

Á excepção destes elementos, o exterior do templo não tem mais adornos.

As paredes mestras e absidais acornijam em quatro fiadas de arcaduras sobrepostas, unidas em bico em cada série, debaixo dos beirais.

E entremos na igreja. A gente descobre-se instintivamente, e há quem se equivoque levando os dedos às graciosas pias de água benta, pequenas e engastadas na parede.

Logo à primeira vista é rico o impressionismo de piedade, magnificência, sentimento, comodidade, ritmo e beleza.

Sentemo-nos naqueles bancos genuflexórios, cujos espaldares se adaptam à curvatura da espinha dorsal, e examinemos a capela-mór,— a capela do Sagrado Coração,—que é o museu dos *Ateliers d'Art Sacré*.

Arco cruzeiro, de volta plena, cortado na massa do cimento, cruamente, sem molduras de arquivolta para não alterar a placidez das superfícies planas.

O fresco de Maurice Denis abrange todo o pano do muro ao fundo da ábside quadrangular.

O Coração de Jesus, Crucificado, lega-nos à sua Mãe Dolorosa, que se reclina sôbre o peito do Filho. Ao fundo, a linha quebrada de Jerusalém sob o céu esbraseado de púrpura. Aos lados os discípulos e os colaboradores de Maurice Denis, trajando como nós, assistem comovidos à Tragédia do Calvário.

Impressionismo ardente, simbolismo comovedor naquelas linhas, cores e ritmo; na atitude convergente daquelas personagens há fé, piedade e admiração, muito embora se extranhe a linha do desenho...

Maurice Denis provou-nos nesta sua obra que vive em realidades as ideias do seu livro, provocando estados de alma mediante as cores, as linhas e as formas, substituindo o desenho de volumes pela escala de borrões,—(*notation par la tache*). Como todos os pintores da França de há um século, ressentem-se da influência dos Primitivos italianos, de Rafael e de Poussin, asseverando André Michel que *un autre Pavis de Chavannes nous est né peut-être avec plus d'aisance, de fraîcheur, de vrai et innocent lyrisme*.

E tanto Denis como os da sua escola dão-nos realmente essa sensação de ingenuidade e frescura de Fra Angélico na pintura sintética e decorativa que ornava os muros da Igreja da Aldeia Francesa.

Se não há uma nova arte cristã como desenho e côr, há uma sensibilidade e poesia religiosa nos novos artistas que se unem aos Primitivos e aos clássicos gregos pelo idealismo e disciplina. (1)

Tudo interessava ali e se de tudo falasse documentando-o com as modernas iluminuras da fotografia, tinha material para um livro, desde os anjos da abóbada tresavada aos trípticos das janelas retangulares, onde a transparência do colorido, estílo e técnica nos autenticam os debuxos de Denis e Desvallières, não podendo esquecer-me do fresco da Santa Face de Jesus, que êste último encaixilhou em retábulo no altar-mór.

O valor profissional e estético dos *Ateliers d'Art Sacré* patenteiam-se em tudo o mais, na escultura do baixo relêvo do altar e das estátuas de pedra, nos castiçais, lampadários, conopeu, tapete, toalhas, na formosa teia da comunhão, de ferro forjado, duma pureza de linhas áticas, e na casula oval duma leveza de arminhos, flácida.

Aquela e as outras casulas, expostas ali pelas outras corporações, vestem o sacerdote, adaptando-se-lhe às linhas do corpo, dando majestade e elegância aos gestos e movimentos do celebrante. Linda restauração das casulas mediévicas. Estamos longe das casulas rígidas que semelham tampos de violino, como as actuais espanholas. (2)

Passemos à capela dos «*Santos da França e de Nossa Senhora da Paz*» obra de *Les Catholiques des Beaux Arts*. Aqui temos outra tradição restaurada.

Sôbre as paredes dêsse absidiolo pentagonal projectam-se os ramos de um roble gigante. A peanha do altar encontra o tronco, encimando-o Nossa Senhora da Paz com o Menino Jesus nos braços. Partem dos pés de Maria os robustos braços dessa árvore de santidade da

(1) Cfr. *Pages d'Art Chrétien*, de A. Fabre.

(2) Acêrca destas casulas e sua origem cfr. *The Ecclesiastical Review*, Philadélphia, Dezembro de 1925, onde se lê citando *Ephemerides Liturgicae*

«Planetæ formæ cuius anterior facies ab artis cultoribus comparatur, audacius forsan; formæ musici instrumenti violæ. Parcimoniæ prætextu pro arbitrio et immodica licentia quorundam artificum in Gallia, posterior pars ita angustum redacta fuit ut et brachia ac scapulæ Sacerdotis ad altare stantis videri possint. Hæc vere nova, oculis ingrata, utpote contra debitam gravitatem unanimi voce reprobatur et rejicienda declaratur». Isto escrevia-se em 1898!

França, cujos santos ali estão em frescos de contorno circular e de tamanho igual, unidos aos ramos como fôlhas.

A história de cada um é sintetizada num facto da sua vida pintado ali, constituindo assim o conjunto daqueles frescos um livro aberto, monumental, que o povo lerá sem custo, compreendendo, conhecendo e amando sem muito trabalho os santos e santas da sua pátria.

E não haverá psicólogo que conteste a influência duma lição destas aprendida na infância. Se até a imagem influencia os velhos!

Vamos abreviar as nossas considerações, indo à capela de Cristo Redentor, executada pelos *Artisans de l'Autel*, igual na planta à anterior.

A mesma riqueza de frescos e vitrais, de beleza e piedade.

A pedra de ara do altar assenta sôbre duas colunas a evocar as mesas dos primeiros tempos cristãos, sôbre que se celebravam os Divinos Mistérios.

Dispunha-me a deixar a Igreja da Aldeia Francesa, comovido e encantado com aquele esforço das cinco corporações parisienses, mas o grande lustre metálico do fecho da abóbada chamou-me a atenção para ela.

Sustentavam-na quatro nervuras de cimento armado, esbeltas, na sua função architectónica e não fingida.

Eram góticas? Como nervuras, nelas se inspiravam, mas como técnica e estilo estavam bem longe delas...

A arqueologia as definirá mais tarde.

Para completar a minha admiração por aquela prova de Arte Religiosa moderna, lancei uma vista de olhos ao conjunto. Tudo ali se harmonizava e as mesmas paredes não estavam mudas; os frescos de linhas simples falavam na placidez das grandes superfícies.

Sintetizei ideias, prescindí das minhas predilecções de escola e ao deixar a Igreja da Aldeia Francesa, onde tanto aprendi, através da exposição, obsecava-me a ideia de uma corporação destas em Portugal, para lhe renovar a Arte Católica, e dar a tantos operários desocupados e sem ideal o viático do espírito e o pão do corpo.

Está na mão dos nossos artistas resolver o problema antes que as corporações francesas venham até nós como antigamente as de *Ille de France* que cruzaram a Europa, levantando a Deus as catedrais mais belas dos tempos ogivais.

Ao patriotismo daqueles confiamos a coordenação de esforços e vida dos que só esperam por alguém que os leve a unirem-se em corporação para bem da colectividade nacional, para legarmos aos Portugueses de Amanhã uma tradição igual à que nos legaram os canteiros da Batalha e Belém.

Dezembro de 1925.

Afonso Domingues

P. S.—Arquivado num fundo de gaveta, êste trabalho foi-me pedido por um amigo e a cuja amisade lho não posso negar.

Entretanto chegou-me às mãos o n.º 137 de Fevereiro de 1926 de *Les Dossiers de l'Action Populaire* noticiando-me a criação do *Sindicato feminino dos artistas decoradores*, obra de *Les Ateliers d'Art Sacré, L'Arche, L'Ecole Chardin, Société de Saint Jean, Société de Saint Luc* (pintura), *Rosace, Catholiques des Beaux Arts*, com o fim de mutualidade no trabalho, venda e compra, exposição e execução de obras, etc., etc., tendo também em projecto a mutualidade no caso de doença.

«É preciso fazer a sociedade boa se queremos que o homem seja bom; é preciso que êle, ao entrar na sociedade, nela encontre, estabelecido pelas leis, praticado pelos costumes, ensinado pelos escritos, recordado pelas artes, autorizado, acreditado por todos os meios de que a sociedade dispõe, tudo aquilo que pode ajudar uma natureza propícia ou fortificar uma alma fraca e continuar uma boa educação ou reformar uma educação viciosa».

«As instituições do passado não são boas por serem antigas mas são antigas por serem boas».

Bonald

A Vigília

Nessa noite de luar manso, sem um bafo de vento que purificasse o ar febril e dormente da enfermaria, a irmã Luzia sentara-se em frente de uma janela aberta, meditativa, a repousar na paz dos seus doentes bem adormecidos.

Lá fora, suavemente iluminado, o mesmo silêncio.

Nem um frémito ramalhava na alameda próxima dos cedros velhos, nem o cantar dum rôlo acordava a noite, riscando-a duma nota áspera.

Ali passara a noite, lendo e meditando, até que um sono leve a abraçou, deitando-lhe a cabeça no peitoril da janela.

Quando o relógio da enfermaria bateu as quatro horas, já a lua, velhinha e cansada da sua viagem, se deitava no ocidente. enquanto a aurora rompia, vitoriosamente, aureolando de mil cores e mil rosas os picos das serranias distantes.

Em todos os pavilhões havia ainda silêncio.

Apenas alguns criados passavam, sonolentos, nas verdadeiras areiadas do jardim, a fazer as primeiras provisões de água.

Acordada pelo relógio, a irmã Luzia abriu os olhos que, subitamente, se magoaram nos muros brancos da cêrca, onde o sangue da aurora se reflectia, dando aos estilhaços de vidro a fôrma de punhais luzentes, erguidos contra o céu...

Um arrepio de preságio correu-a, inteira, e os seus lábios sorriram logo, numa oração, a esta fraqueza supersticiosa...

Mas a confirmar-lhe o pressentimento, soaram dois tiros, perto, na alameda, mesmo rente ao muro da cêrca, e os gemidos dum homem que precisava socorro, espalharam-se na noite, alvoroçando o hospital.

A religiosa correu imediatamente para a cêrca.

As suas mãos frágeis de fidalga, criadas na infância entre veludos e jóias, ergueram num momento, com fôrça de gigante, um monte de pedregulhos junto ao muro, para o transpor, e os dedos e os joelhos cortaram-se-lhe nos punhais de vidro, sem lhe causarem maior dor que a madeira polida do genuflexório.

*
* * *

Os doentes, acordados em sobressalto, sentaram-se nas camas, nervosos, a escutar.

«O que seria?... O que não seria?...».

No pavilhão visinho abriu-se, ruidosamente, uma janela dos aposentos onde vivia o médico, ouvindo-se logo a voz do Dr. Vítor a interrogar os criados que corriam:

— Oh Manuel!... Oh António! O que foi isso?...

— Um tiro, Sr. Dr. ... Um tiro... mesmo aqui, debaixo dos cedros...

A superiora, seguida das outras religiosas, correram para o médico a receber ordens, espalhando-se pelas janelas abertas do consultório a escutar.

— Não se sente nada... — dizia o Dr. Vítor.

Em baixo, rente ao muro da cêrca, ouviu-se a voz dum criado assegurando aos outros:

— Já vos disse que ainda a vi a saltar. A irmã desceu desta enfermaria, galgou o muro e fugiu como uma bala!

O Dr. Vítor olhou interrogativamente a superiora, que chamou alto para o pavilhão visinho:

— Irmã Luzia! Irmã Luzia!

— Saberá a Sr.^a superiora que a irmã Luzia fugiu... Vi-a eu saltar o muro ...

Era ainda a voz do mesmo criado.

— Não pode ser, não pode ser! — protestou a superiora, dirigindo-se ao Dr. Vítor.

Todas as religiosas tremiam, como se, abandonadas de Deus, o Demónio rondasse à volta do hospital, enquanto o médico as olhava entre severo e irónico:

— Bateu as azas . . . — comentou, envolvendo-as num sorriso triunfante.

Subitamente ouviu-se o grito angustiado da irmã Luzia:

«Socorro! Socorro! Socorro!»

Atirando sôbre o muro eriçado de vidros um feixe de mato e as jaquetas de saragoça, os criados saltaram a cêrca, indo encontrar a irmã Luzia a lutar com um homem, a quem ela se agarrava desesperadamente, mantendo-lhe um braço seguro entre as suas mãos, que a angustia convertera numa anilha de ferro.

De novo se ouviu a voz do médico, alta, imperiosa, perguntando para baixo; aos criados, encobertos pelo muro:

— Mas então o que é isso? . . .

— É a irmã Luzia agarrada a um homem . . . — respondeu um criado, ingenuamente.

— Vêem? . . . — comentou o médico.

Nos olhos das religiosas corriam já lágrimas de mártiro.

A superiora afirmava, serena:

— Seja o que fôr e como fôr, mas a irmã Luzia, esteja onde estiver, está sempre em serviço de Deus . . .

A voz do Dr. Vítor fez-se então zombeteira, blasfema:

— A Sr.^a superiora sabe que Deus toma às vezes a carne de um homem . . . Aconteceu assim com Cristo . . . E já antes dêle sucedia o mesmo com o Deus Cupido . . . Neste ponto S. Paulo não foi mais poeta que Horácio . . .

Docemente, resignadamente, os olhos da superiora fixaram-se, em oração, na cruz do habito.

— . . . O grande António Vieira — continuava, escarminho — era padre-mestre para desvendar êstes misté-

rios . . . Assegurava êle que o amor tinha azas e, por isso, até as religiosas se deviam acautelar, porque êle voava sobre os muros do convento . . . Como os conventos acabaram, desta vez o Amor saltou os muros do hospital . . .

As religiosas choravam silenciosamente.

— O homem está ferido, Sr. doutor! . . . — gritou um criado que veio do muro informar.

— Tragam-no para cima . . .

— Mas é que êle luta e a irmã Luzia não o larga.

— Pois atem-nos, façam dêles um mólho, e tragam-nos aos dois.

A superiora socumbira, caindo numa cadeira a soluçar.

Pouco depois, sentiu-se na escada o ruido pesado e vagaroso dos que vinham subindo, com o ferido, e o médico e as religiosas viram entrar no consultório, onde se encontravam, um homem inanimado nos braços dos criados, vindo a seu lado, toda salpicada de sangue, a irmã Luzia, que apertava um braço do ferido nas suas mãos trémulas, nervosas.

— Consegui vencê-lo — informou logo, radiante — o tiro do outro duelista deve-lhe ter cortado algum ramo da artéria radial, ou a própria artéria, porque o sangue esguichava furiosamente . . . Saltando logo o muro, acudi a tempo . . . Julgo que ainda fui a tempo . . .

No rosto pálido e contente, ligeiramente salpicado de sangue, lia-se-lhe um cansaço angelical . . .

As irmãs levaram jubilosamente aos lábios as cruces dos seus rosários, perante o médico, emudecido e imóvel.

— . . . Queria morrer . . . — continuava a irmã Luzia — Muitas vezes soltou o braço das minhas mãos, e o sangue dêle salpicava-me toda . . . Perdeu já muito sangue . . . Mas acudi a tempo e venci a morte . . . o Demónio, que queria levá-lo . . .

De cansadas, as mãos da religiosa afrouxaram, e o sangue rebentou de novo.

— . . . Mas não posso mais, senhor doutor . . . Sinto que vou cair . . .

O Dr. Vítor apertou então, rapidamente no braço um laço a estancar o sangue, e o ferido abriu os olhos, passando-os, sem memória, por todos os assistentes, enquanto a superiora amparava a irmã Luzia. Depois cerrou-os vagarosamente e começou a delirar:

— Não . . . não ha-de ser em duelo, como hoje! . . . Hei-de matá-lo como um cão! . . . Matá-lo! . . . Matá-lo! . . . Roubou-me Isabel! Oh! Isabel! Isabel! . . .

— Levem-no para sala das operações; ordenou o médico.

E saiu seguido dos enfermeiros e dos criados que conduziram o ferido.

*
* *
*

Na sala do consultório ficaram apenas a superiora, amparando no ombro a irmã Luzia, cansada da vigília e da luta, mas sorridente.

Docemente a superiora passou-lhe um lenço no rosto, a enxugar-lhe as faces salpicadas de sangue, e sentou-a, brandamente, numa cadeira a seu lado.

Depois, atentando-lhe no hábito e nos sapatos dilacerados, exclamou:

— Mas, minha filha, tu tens o hábito cortado?! . . . Os teus sapatos estão cheios de golpes?! . . .

Tomou-lhes as mãos nas suas, affectuosamente, maternalmente:

— . . . E das tuas mãos corre sangue . . . muito sangue . . .

A irmã Luzia pôs-lhe os dedos nos lábios, para que não falasse alto.

— É que tenho os joelhos cortados . . . os pés . . . as mãos . . . e até aqui do lado . . .

— Oh! Minha filha! . . .

E cingindo-a ao peito beijou-a na fronte enternecidamente.

Tomada dum sôno lento, sempre contente e sorrindo, a irmã Luzia deixou pender a fronte no ombro da superiora, segredando sumidamente:

— Ah! Madre superiora!... É tão bom ter chagas como Nosso Senhor Jesus Cristo!...

Nuno de Montemór.

Do livro no prélo:

«A paixão duma religiosa».

«O vulto grosseiro dêsse ditador que se chamou Sebastião José de Carvalho, levantado em triunfo como um símbolo de progresso e de liberdade, com a sua cabeleira de rabicho, com os seus autos do Tribunal da Inconfidência e os seus cadernos da Intendência da polícia debaixo dos braços, faz-nos o efeito de um velho monstro paleontológico, desenterrado das florestas carboníferas e repostado, com palha dentro, no meio do espanto da flora e da fauna moderna.

Ramalho Ortigão—«As Farpas», vol. 6, p. 126

A prisão do tenente Pinto Correia ou a vitória da Talassocracia

Há dias, — vai já para duas semanas, se não estamos em êrro — um moço militar, um simples tenente de metralhadoras, rigorosamente guardadô, apeava-se sob a torreira do sol à porta do Arsenal da Marinha e, erguendo orgulhosamente, num gesto de desprezo pelos que o rodeavam, a estatura forte e desempenada, tomava a direcção da ponte e embarcava a bordo dum vaporsito ali atracado. Poucos momentos depois estava ao portaló dum octogenário calhambeque arvorado em prisão: a fragata *D. Fernando* . . .

. . . Êsse moço prisioneiro, dias antes ajudante de Gomes da Costa, e jornalista másculo e vigoroso, não dobrara ainda o cabo dos trinta anos, tamanho terror inspirava que, destituído o general, logo o novo govêrno mandavá pôr o moço tenente em lugar seguro, clamando em altos brados tratar-se dum indivíduo tão perigoso que, visitas, só lhe seriam permitidas as da família e, mesmo assim, desde que se tratasse de casos de extrema gravidade . . . Entretanto, a imprensa toda, como que obedecendo a uma palavra dada, remetia-se pressurosa a um silêncio tumular sôbre a prisão arbitrária daquele jornalista. Nem o mais leve protesto se ouviu por parte da grande ou pequena imprensa: sôbre Pinto Correia fechava-se um silêncio de morte, um silêncio jornalístico tão miserável, que bem se via não passar duma ignominiosa mentira aquela solidariedade com que jornalistas e jornaleiros enchem a bôca a todo o momento. Nem uma palavra, nem um protesto

contra uma revoltante arbitrariedade. Os guriteiros da política, os judeus da alta finança, as tubas jornalísticas a soldo da Maçonaria, calavam-se, fingindo ignorar que Pinto Correia era um jornalista. O medo de que o moço tenente falasse ou agisse, dominava-os inteiramente... Silêncio... silêncio... silêncio...

Mas, afinal, porque era assim acolhida com tamanha cobardia a prisão de Armando Pinto Correia? Porque se obstinavam todos num silêncio abjecto perante um facto que constituia uma vergonha para o exército e para a imprensa?

*
* * *

A resposta não será difícil se nos lembrarmos de que Pinto Correia, anti-democrata, anti-parlamentarista, inimigo ferrenho dos políticos e da tropa judenga da finança maçónica, forá um dos principais factores do movimento de 28 de Maio e, pela sua persuasiva influência junto do general Gomes da Costa, pela sua vigorosa acção como jornalista na *Revolução Nacional*, tivera em cheque durante semanas as manobras e arteirices dos corrilhos políticos; apodara de cobardes os que se deixavam influenciar por aqueles; tentara impedir por todas as formas o regresso a um constitucionalismo por demais falido; e fôra, a dentro da sua esfera de acção o adversário esforçado dos talassas da República e dos talassas da Monarquia. Fora êle — digamo-lo, digamo-lo! — quem impedira que o general Gomes da Costa, militar valente e bem intencionado, mas cheio de cândida ingenuidade, fizesse mais asneiras do que as que fez. Ao contrário da maioria dos seus colegas de superior graduação, determinados apenas pelo ódio aos políticos e nada mais, Armando Pinto Correia entrára no movimento com uma finalidade a guiá-lo, um corpo de doutrinas a enformar a sua acção. Tinha ideias e foi isso que o perdeu... É que, para êle, o movimento não se fizera apenas

no intuito banalíssimo e inútil de tirar uns para pôr outros; havia que ir mais longe e reformar totalmente o estatuto da Nação desnaturada por cem anos de desaportuguesamento . . . Todo o corpo de doutrinas que hoje domina a mentalidade dos moços portugueses, conhecia-o Pinto Correia amplamente e a êle dedicára a sua espada de militar que bravamente se batera na Flandres e no 18 de Abril, bem como a sua pena de jornalista que na imprensa da sua ilha florida e nesta cidade das muitas e desvairadas gentes provára ter um vigor e uma lógica implacáveis. Distanciado de nós por acreditar que à República se poderia aplicar o ideário do Integralismo, Pinto Correia aproximáva-se de nós pela defeza que fazia dum largo período de dictadura capaz de restituir Portugal à pureza política que lhe roubara o regime parlamentarista. Era um integralista ferrenho a dentro do regime republicano e nisso estava a sua teimosa ingenuidade. A dictadura que preconisava, não precisaria, segundo êle, do remate que todos nós, integralistas, apontavamos como necessário . . . Era um modo de ver, possivelmente um simples capricho . . .

*

* *

Mas, a sua influência a dentro do movimento de 28 de Maio fora simplesmente formidável. Ao tenente Pinto Correia se deveu o malogro das ardeirices de Bernardino Machado, quando êste grão mestre da Maçonaria, tentando desvirtuar a finalidade do movimento, encarapuçava o ir.º Mendes Cabeçadas na Presidência da República e na regência de todas pastas; à sua influência se deveu o programa apresentado por Gomes da Costa, e programa êsse que causou sensação por quási inteiramente ir ao encontro das aspirações patrióticas da mocidade de hoje. Remoções de gabinete, medidas contra talassas e democráticos — ambos estreitamente ligados contra o movimento! —

a guerra aos financeiros e moageiros; as medidas de necessária violência tomadas quasi no fim por Gomes da Costa contra certos devoristas, tudo isso se deveu à acção duma pleiade de moços militares que Pinto Correia chefiava. Por isso a tropa judenga da finança e dos políticos a soldo da Maçonaria, as várias moagens, a talassaria em pêsso, — desde os talassas de D. Bernardino I, Rei de ouros, até aos talassas de D. Manuel I, Rei de Copas — e mesmo muitos dos graduados do exército começaram tremendo e, é claro, tramando. E, assim, já porque lhe faltava o apoio firme do general, — evidentemente pouco preparado para arcar com um embate que se adivinhava formidável — e ainda porque infelizmente a essência do regime e o estado de podridão completa de certos revolucionários categorizados não comportaria com eficácia a aplicação dos remédios heroicos propostos por Pinto Correia, êste teve de ser um vencido . . . Triunfára a Anti-Nação! . . . E Pinto Correia lá seguiu para o presídio do octogenário calhambeque, ali no Tejo . . .

Mas, de tal modo a sua influência aterrava ainda os vencedores que, nem uma palavra de protesto — pelo menos, nós não sabemos de quem a haja soltado! — nem uma palavra de protesto vimos na imprensa contra uma prisão que coisa alguma autorizava. Os grandes diários do país, ao serviço da Procuradoria Geral da Cobardia Nacional calaram-se e cãlados continuam, porque assim lh'o impõem a Maçonaria, a Finança e a Moagem. Pinto Correia está preso às ordens da Talassaria triunfante e repartida por aquelas três corporações aliadas; está preso porque tinha ideias, o que profundamente pode perturbar a laboriosa digestão de certos patriotas . . .

. . . Ignorava Pinto Correia acaso que, neste país, quem tem ideias fatalmente terá de ser preso ou morrer de fome?

Amadeu Pereira

O fim dum mundo

(Conclusão)

II

Ao inventariarmos a genealogia do mal moderno, depara-se-nos evidente a influência atávica fortemente vincada de várias causas, — umas remotas, outras mais próximas.

Sem podermos por agora fixar a nossa atenção naquelas, entre as quais avultam a grande rebelião mental do século XVIII, — um século que foi, na expressão lapidar de Veuillot, «uma orgia de letrados e de filósofos, terminada por uma orgia de bandidos!» —, e, mais recuado ainda, o paganismo desenfreado da Renascença — a época em que o homem descobriu o Homem e assentou Júpiter à mão direita do Padre Eterno, sem podermos por agora avançar mais no estudo destes avoengos do mundo de hoje, dediquemos antes umas leves reflexões à causa mais próxima e, talvez por isso, aquela que mais se faz sentir na anarquia convulsionada dos nossos dias — o desvario romântico do século passado.

Já aqui por mais de uma vez ficou definida — e em termos que não necessitam aditamentos — a nossa posição contra o Romantismo. Mas o erro é contumaz na sua actividade — sejamos pois contumazes em reprimir o erro,

*

* *

O Romantismo desorganizou a Vida! Foi-lhe às raízes profundas e alterou-lhe o sentido orgânico; a ordem, a harmonia íntima do ser é o meio, a condição mediante a qual se realiza a sua finalidade — A Vida.

Com ou sem a consciência dessa harmonia, todos os seres obedecem à necessidade das conexões orgânicas. Isto, que as sciências

empíricas ensinam no que respeita ao mundo fisiológico, confirma-o a filosofia especulativa quando nos alçamos a esmiuçar a organização da vida moral e espiritual, da vida intelectual, da vida, em suma, percebida na unidade superior dum concepção global. Compreende-se que a desarmonia das partes comprometa a unidade do todo.

Foi a obra do Romantismo.

A vida definimo-la nós, nos seus polos essenciais, pela síntese bastante da Inteligência, da Vontade e da Acção. Inteligência auxiliando-se da Vontade, Vontade dinamizando-se pela Acção.

Que faz o Romantismo? Invertendo o ritmo, a ordem lógica na hierarquia das faculdades directrizes da Vida, põe o acessório no lugar do essencial, entronisa a sensibilidade,—nas duas formas de sentimento e de sensação,—dá-lhe fóros de faculdade-mater, inferioriza o homem, desumaniza-o. Do estado intelectual,—honra com que Deus o distingue numa posição única entre toda a criação,—o Romantismo parece querer recuar o homem para os estados vegetativo e sensitivo. O homem vive então quasi exclusivamente das emoções dos sentidos.— Já não é aquêl animal que se alimenta de transcendentais, menos ainda o «fabricante de dogmas» de Chesterton.

A moral, as normas práticas do saber viver, assumem uma feição egoísta, um critério ferozmente egocêntrico, sem juiz nem sancções, visto como a legitimidade dos actos é função do grau de impressionabilidade de cada qual. É o homem entregue às suas tendências instintivas, aos seus apetites, às suas paixões.

Dá-se à fé uma base sentimental no esquecimento de que—é ainda o seguríssimo Maritain quem elucida—«A fé vem completar e acabar a razão, como a graça vem acabar a natureza: a Fé, que é uma plena e voluntária adesão da inteligência às verdades reveladas por Deus»... «Pela Fé ela (a inteligência) possui a verdade». «É pela inteligência que nós gozaremos a visão beatífica».

Do mesmo modo, portanto, que a graça acaba e dignifica a natureza, é a razão—a razão e não o sentimento—que a Fé acaba e completa para o conhecimento de Deus e das grandes verdades metafísicas.

As disciplinas racionais, a lógica do pensamento—eclipsa-as o Romantismo sob a lógica atraente da efectividade, do sensacionismo, do misticismo sentimental.

Onde Pascal tinha escrito: «O homem foi evidentemente feito para pensar», emendou o século XIX: «O homem foi evidentemente feito para sentir». Onde o «gênio da grandeza e da miséria do homem» poz: «Toda a nossa dignidade está no pensamento» tentou o mediocre século XIX corrigir: «Toda a nossa dignidade está no sentimento».

O mediocre século XIX!!—Estamos daqui a ver os pagãos adoradores das excelências da forma, os insofridos devotos das voluptuosidades estéticas olharem-nos compadecidos do desacêrto dos nossos juízos!! E no entanto ninguém ignora que o século XIX nos deu, na produção literária, por exemplo,—e aqui referimo-nos explicitamente ao caso particular de Portugal, embora podéssemos generalizar à Europa inteira o nosso ponto de vista,—ninguém ignora que o século passado nos deixou excelências formais que enriquecem grandemente o multi-milionário património da nossa criação na arte literária. Ninguém o ignora! Não o negamos nós, que devidamente apreciamos o convívio daquelas formosas modelações plásticas a que os escritores do Romantismo afeiçoaram a palavra em arranjos de técnica impecável.

Tudo isto é verdade—ninguém o contesta. Mas se ninguém o contesta, também a ninguém é lícito contestar que a todas essas belezas formais, que a todos êsses aspectos periféricos corresponde,—e em proporções de muito maior amplitude, convém acentuá-lo,—a degradação bárbara do pensamento, uma carência fundamental de conteúdo substantivo.—O contraste é frisante:—disposição sedutora na configuração exterior, escondendo perfídias de pensamento ou balbuciamientos primitivos de cultura.

E foi isto o século XIX,—na produção literária como em todas ou quási todas as demais manifestações da actividade intelectual:—ou ausência de pensamento, ou a sua perversão. Aparte belezas estilísticas (ponto de vista acessório) nada que nos alimentasse o espírito, nada que nos trouxesse uma síntese da vida, nada que nos sugerisse uma visão superior do Universo!

*

* *

Claro que nesta tarefa que nos impuzemos de repôr as coisas no seu devido ângulo, de refazer o critério de-Vida que o Romantismo

acabou de adulterar, não nos deixamos cegar ao ponto de resvalar num abismo oposto àquele que procuramos evitar. Não deificamos a Razão, não somos racionalistas—ou melhor, seremos racionalistas, sim (intellectualistas, mais propriamente), mas à maneira de S. Tomás e dos escolásticos tomistas. Queremos dizer que se proclamamos o primado da inteligência, o império do pensamento no govêrno das actividades humanas, no múltiplice desenvolvimento das energias e aptidões do espírito, de modo nenhum nos enredamos no labirinto obscuro da razão independente de Lutero e dos subjectivismos irrealistas dos Descartes, dos Rousseau, dos Kant.

Defendemos a razão como a faculdade primeira na ordem natural, mas esclarecida e fortificada pelas disciplinas superiores da ordem sobrenatural—as disciplinas da Fé.—A Razão ergue-se à plenitude da soberania e da liberdade, na medida em que se vincula—por uma adesão voluntária e incondicional—ao preceptorado eficaz dos dogmas da Fé.

É neste sentido que a Razão pode afirmar sem paradoxo:—Estando sujeita, submetendo-me, eu sou livre, libérrima. A Razão emancipada dos protestantes e dos racionalistas modernos, pelo contrário, entregue às duas únicas fôrças, desprovida, portanto, dum elemento de coordenação e unificação de ordem superior e exterior a si mesma, forçoso é que se exercite equivocadamente, hesitante, errando o passo, sempre na contingência da queda, precisamente porque assim lhe falta uma certeza, um ponto de referência que só a Fé nas realidades divinas lhe pode outorgar.

Defendemos, pois, a Razão, mas a que se socorre da Fé e nela se apoia e orienta. Dêste modo, e só assim, a Razão realiza a finalidade do destino nobre para que foi criada, assim, e só assim, ela atinge a expansão máxima no exercício normal da sua actividade criadora.

Depois do exposto, não espantará, certamente, a declaração de que inteiramente perfilhamos o *credo ut intelligam*, augustiniano; e quasi seria desnecessário responder mais concretamente aos porta-estandartes do mundo moderno, que nos exprobam a cada passo a ausência do idealismo.

Que não conhecemos a flexibilidade do «Ideal», que vemos tudo através a rigidez de fórmulas hirtas, incapazes que somos de compreender a ânsia de idealidade, de novidade, de mobilismo, de *devenir* que devora esta época sôfrega de excitações e estimulantes.

Confessamos que têm razão os nossos untuosos adversários. Não compreendemos nada disso — nem queremos!

O que nós queremos é amar o Ideal, mas não esse ideal vago, nebuloso, doentio e indefinido e desolador dos que se perdem no caminho escuro das aspirações vagas e estiolantes, do mistério, da iperspiritualização que, afinal, não é mais do que a corrupção da espiritualidade (e a corrupção do óptimo é sabido que dá o péssimo) e, em suma, dos que se inflamam mais de maravilhoso que de sobrenatural — como disse um illustre sacerdote italiano. Nós amamos o Ideal — mas o Ideal que é Fonte de Vida, alimento de realidades, fôca motriz de realizações fecundas, Ideal coordenador e condensador das energias vitais.

É esse Ideal que nos move e a que imolamos a existência. Sem receios nem respeitos pelos preconceitos caquéticos e os convencionalismos hipócritas de que se empesta a sociedade de hoje, em face da qual nunca é demais gritar a nossa irreverência.

Que se não iludam os nossos adversários! — Nem a má fé nem a ignorância atrevida nos apanharão descuidados.

Aqui, uma só ordem nos comanda — uma ordem que vigora desde o primeiro número da revista: — a prevenção rigorosa e permanente. O ambiente que aqui se respira, é um ambiente de guerra, uma guerra aberta e implacável, um contra-ataque violentíssimo à ofensiva de todos os bolchevismos que uma galopada trágica de bárbaros inhumanos arremessa furiosa contra as portas desguarnecidas da cidade de Deus.

Entende-se dêste modo o nosso catolicismo como um catolicismo de baioneta calada; a nossa violência, uma violência de amor, — como dizia Giullioti, o destemido companheiro de Papini, — de amor incondicional a Jesus Cristo, perpetuado na Terra pela Igreja dos mártires e dos Santos, pela Igreja dos milagres e das investidas terríveis em terras de infiéis.

Queima-nos uma ardorosa paixão da Verdade, daquela Verdade que transcende circunstâncias de tempo e de lugar, uma paixão transbordante, tendendo ao infinito.

No longo e atormentado crepúsculo dum mundo que finda em farrapos, só a nós, aos crentes, sobram motivos para avivar a alma de luz, porque só nós soubemos reencontrar os caminhos perdidos da Eternidade — eis tudo.

Fixemo-nos neles ! É a hora da boa esperança ! A hora duma outra Anunciação ! Porque, se é certo que é cada vez mais densa a penumbra que vai envolvendo êste agonizar dum mundo péssimo, não é menos verdade que dos altos pontos de espiritualidade em que concentramos, podemos descobrir aí mesmo, nesse quási cadáver, que é a civilização moderna, sinais evidentíssimos de que se aproxima, — talvez longínquo, ainda, mas infalível, — o alvorecer magnífico da Ordem Nova, da Nova Cristandade.

Adriano Pimenta da Gama.

«Enquanto à estátua do reformador, em que se fala como complemento do centenário a cuja celebração acabamos de assistir, ela seria, se a fizessem, o monumento fúnebre elevado à morte da democracia e do senso comum na sociedade portuguesa. Mas não a farão nunca. É já de mais a do Terreiro do Paço para consignar a estima dêste povo pelo charlatanismo dos seus tiranos».

Ramalho Ortigão — «As Farpas», vol. 6, p. 64.

«As nações perdem-se mais pelo êrro do que pelo vício».

Le Play

«A opinião pública — disse Pascal razoavelmente — é uma esfinge com cabeça de burro».

Camilo Castelo Branco — «Serões de S. Miguel de Seide».

A nossa «adesão»

No nosso n.º 3 esclarecíamos nós a posição tomada pela *Ordem Nova* a respeito das ditaduras e dizíamos: “Reconhecemos que o Estado não pode continuar a enfraquecer-se neste regime miserável e suicida; por isso, *aceitamos* a solução ditatorial, *como solução transitória*, como intervenção cirúrgica a que fatalmente há-de suceder uma medicina cuidadosa. Ditadura que seja no bem público, justa, honesta e verdadeiramente nacional, terá o apoio de todos nós”.

Deu-se o movimento de 28 de Maio e, após hesitações que poderiam ter sido perigosas, o Exército decidiu-se a adoptar aquela solução ditatorial em que falávamos. Realizou-se o desejo da maior parte dos portugueses que, com a volta, lenta, é certo, mas segura, da virilidade mental e da rigeza do carácter, querem um govêrno forte, *sem medo das responsabilidades*, consciente e inteligente. Acolheram-no com simpatia todos aqueles que trabalham, todos os que pensam e todos os de boa fé. Não podiam os integralistas ficar inactivos perante esta tentativa de salvação nacional, porque acima de tudo são nacionalistas — note-se bem! — e só porque são nacionalistas, professam as doutrinas monárquicas. E, porque assim aconteceu, logo meia dúzia dêsses papéis que correm impressos e em que se cultiva a mentira, a intriga e a grande expansão, anunciaram com ares de notícia sensacional que os integralistas iam... aderir à República!

Mas que ideia farão êsses cavalheiros do Integralismo? Julgarão, por acaso que somos o corpo místico do Sr. Cunha e Costa, ou uma pleiade de trovadores que de vez

em quando, já roucos da cantiga, suspendemos a trova para pigarrear e afinar a lira, mudar de dama e renovar a canção?

Supõem êles, naturalmente, que o Integralismo é um grupo, *um partido*, feito à imagem e semelhança das charangas repúblicas sem doutrinas, sem ideias, apenas mantidas em coesão pelo prestígio dum homem ou pela necessidade alimentar de cada um dos seus adeptos.

O Integralismo a aderir à República! Mas êsses homens não fazem nenhuma ideia do que tem sido o trabalho de elaboração da nossa doutrina, êsses homens não percebem que a adesão do Integralismo à República era . . . a negação do Integralismo!

Ficaria um partido como o do Sr. Cunha Leal ou o do Sr. Gine-stal Machado, mas nem sequer poderia ficar um grupo doutrinário como a *Seára Nova*, porque nos fundamentos das suas doutrinas, ligados à sua essência, estão princípios que são diametralmente opostos aos que estão na base da democracia republicana.

De facto, nós *aceitamos* e auxiliamos na medida das nossas forças a actual situação política, mantendo a nossa liberdade de apreciação dos actos governativos e absten-do-nos, por outro lado, de qualquer espécie de *complots* ridículos, com o fim de elevar o Sr. Gomes da Costa a . . . marquês de Braga. Mas mantemo-nos tão monarquicos como eramos antes de 28 de Maio.

A Nação necessita de continuidade no govêrno, de permanência, de estabilidade — e a ditadura é por definição — *transitória*. A Nação necessita de certeza quanto ao seu destino — e depois dêste ditador não se sabe *quem* virá nem *como*.

Não nos deixemos iludir pelos exemplos do estrangeiro; na Espanha e na Itália há ditadores, é certo, mas há um rei. Um rei que é a garantia da continuidade da obra en-cetada, um rei que substituirá inteligentemente o ditador que está quando êste por qualquer motivo tiver que deixar o poder, um rei que encarna o interêsse nacional. Aqui, temos a frágil garantia do Sr. General Gomes da

Costa. No dia em que S. Ex.^a deliberar, numa das suas decisões bruscas, mandar passear os que querem ir para a esquerda e os que querem ir para a direita e ir para o seu terceiro andar tranqüilo e pacato, nós ficaremos indecisos, vacilantes, hesitantes entre duas soluções: chamar o Sr. Afonso Costa ou pôr a ditadura a concurso...

Ora, meus senhores, um rei não ía nem deixava ir o seu colaborador para o terceiro andar da rua João Crisóstomo. O rei mantinha-se no seu pôsto, porque — não tinha outro. O ditador, se tivesse tal ideia, encontrava no rei o homem forte que o animava e lhe contava a história dos dois granadeiros.

«Os monárquicos que façam ressuscitar o Rei D. Carlos, que foi um dos maiores Reis que tem havido em Portugal», disse há pouco o Sr. Martins Júnior numa conferência pública com uma sinceridade que é digna de louvor. Tivéssemos nós um rei, e o Sr. Martins Júnior veria ressuscitada a figura gigantesca de D. Carlos! Dizia Montesquieu que era uma das maiores vantagens da monarquia o conseguir grandes coisas com virtudes médias. Um homem vulgar, de medianas qualidades, investido no «duro ofício de reinar» por uma tradição secular que fez dos interesses da Nação os interesses da família que representa, aparece sempre nos momentos de crise nacional como sendo o mais sensato, o mais inteligente e o mais forte de toda a nação. É isto que os nossos adversários ainda não quiseram vêr, nos exemplos da História e da política contemporânea. Pois apesar disso só em dois casos se verificam excepções a essa lei da monarquia: quando os reis são loucos ou quando fogem. No primeiro caso internam-se num manicómio; no segundo, desprezam-se.

*

* *

Ora, para fecharmos estas considerações ligeiras e despretenciosas, escritas não em ar de artigo mas em estilo

de desabafo, queremos demonstrar com uma transcrição de António Sardinha, que o facto de prestarmos o nosso apoio à ditadura, em nada impede que *doutrinariamente* sejamos monarquicos. Justificando o apelativo com que o Sr. António Sérgio nos brindou de *almas republicanas* — apelativo que reivindicamos com prazer nos termos em que então Sardinha o aceitou — dizia o nosso querido mestre num artigo publicado nos *Homens Livres*:

Por que evita a quebra e dispersão da soberania, (pertença exclusiva do Estado, que as democracias contemporâneas, vítimas do atomismo da sua natureza defeituosa, distribuem atrabiliariamente pelas várias classes em que se pulverizam), é que na nossa desconjuntada Europa o recurso à ditadura se tornou o pão nosso de cada dia. O que é o recurso à ditadura, como garantia das liberdades públicas, — e não da Liberdade metafísica dos códigos! —, senão o apelo para a força coordenadora da Monarquia? Nada faria de positivo Primo de Rivera, precipitando a Espanha na guerra civil, se não lhe acudisse como apoio legalizador o prestígio histórico da realeza. Republicano de origem e de doutrina, porque foi, senão por isso, que Mussolini confiou à Monarquia o destino e a viabilidade da sua acção governativa? De resto, já Mazzini, republicano como o actual dux do Fascismo, acabou por reconhecer nas instituições monárquicas o único agente eficaz da unidade italiana. Idêntica atitude assumiu no seu país o republicano Nansen, chamando êle próprio para o trono um príncipe estrangeiro, ao separar-se a Noruéga da Suécia. E na Alemanha, — na Imperial República, — como interpretar a decisão do General Steecht, suprimindo a existência de todos os partidos, senão como um acto monárquico, em que a lei do interêsse colectivo prevalece sobre a lei da opinião pública, base fundamental duma democracia?

Com esta longa transcrição encerramos estas notas. Elas têm apenas por fim esclarecer um equívoco que se

ia generalizando e desmentir as insidiosas informações que várias gazetas deram ao público. Pelo menos nós, os da *Ordem Nova*, permanecemos monárquicos, não porque vistamos bem e usemos monóculo, mas porque consideramos a Monarquia como sendo a única forma de governo capaz de, em Portugal, servir efectivamente os interesses da Nação.

Junho de 1926.

Marcello Caetano

«Não pensamos numa ressurreição arqueológica,—trabalho de architecto alheio às modificações e aos acréscimos do tempo,—do que foram os três Estados do Reino. Mas estabelecendo como fundamento do Estado histórico e racional a representação das *pessoas morais* e dos *interesses permanentes*, se a instituição se não reproduz nos seus lineamentos primitivos, reproduzir-se há na sua essência,—no conteúdo vital que o animou. Esse conteúdo é o do *social* prevalecendo sobre o *individual*,—é o do *grupo* prevalecendo sobre o *indivíduo*. Assim era o passado. Assim o veremos com a já inevitável *Ordem Nova*, quando a hora soar do maximalismo do Ocidente,—resposta heróica e luminosa à trépelada de pesadelo, em que a Ásia enigmática tenta despedaçar o que resta da velha supremacia europeia».

António Sárdinha—«Prefácio da Teoria das Côrtes Gerais».

O C. A. D. C. de Coimbra

Comemorou este ano as suas bodas de prata o Centro Académico de Democracia Cristã, de Coimbra. Recebemos há dias o número especial da revista *Estudos*, todo consagrado a este acontecimento. É digno de louvor o esforço empregado pelos seus redactores, atendendo à enorme soma de trabalho que exigiram estas 464 páginas, com brilhante colaboração dos melhores combatentes da Igreja em Portugal. Não quero deixar de os felicitar e ao mesmo tempo agradecer o ensejo que me deram para uma meditação muito séria de quanto vale o apostolado cristão persistente e fervoroso.

A *Ordem Nova*, empenhada também, embora num campo mais vasto, no levantamento moral e material da nação, não pode deixar de olhar com a simpatia de um irmão na Fé uma instituição que, rompendo com o regalismo liberalista e corrosivo, tanto bem tem levado às almas, tanto tem esclarecido as inteligências e que primeiro, num ambiente ainda não preparado, lançou as ideias contra-revolucionárias em Portugal, com tanto ardor que deu origem a uma «receita para desfazer republicanos...»

Mas é o aspecto religioso, sobretudo, que nos interessa no C. A. D. C. É o presente número dos *Estudos*, com a colaboração honrosa de quasi todos os bispos portugueses, e não só por isso, mas também pelas afirmações dos mesmos prelados, é um testemunho de subido valor de como o C. A. D. C. tem sido o mais incansavel obreiro da recristianização de Portugal. É o Senhor Bispo Conde de Coimbra que, salientando a necessidade do apostolado leigo, afirma que «a primeira escola do apostolado leigo em Portugal é, sem dúvida alguma, o C. A. D. C.», considerando este como «uma obra eminentemente nacional». O Sr. Bispo Coadjutor de Coimbra encara-o como «um esplendido viveiro de todas as obras sociais em Coimbra». O Sr. Arcebispo de Évora, no extracto do discurso que proferiu na festa do C. A. D. C. e de que nos permitimos discordar nalguns pontos, saúda-o como «uma das mais

belas esperanças de renovação social e cristã é uma iniciativa arrojada, cujos benéficos efeitos já largamente se fazem sentir». Para o Sr. Arcebispo de Évora, a crise que estamos atravessando é uma crise moral. Em nossa opinião, o problema é mais complexo do que se pretende. Mas consiga o C. A. D. C. atenuar tanto quanto possível a crise moral, mesmo dentro dum regime corruptor por excelência, porque todas as peças da sua engrenagem servem apenas para a corrupção, e só temos que nós regosijar com isso, católicos e nacionalistas como somos. Se o fizer, porém, não é porque hasteie o pendão da democracia. Confessadas a decadência da palavra democracia e a falência da democracia política, já a palavra perdeu todo o prestígio que tinha e que influiu o próprio pontífice Leão XIII. Hoje a palavra tem um méro significado histórico. Sendo, porém, uma questão de palavras (ainda que estas não possam ser independentes daquilo que exprimem), quando a palavra democracia exprimir «a dedicação, a abnegação de cada um pelo bem colectivo», teremos todo o direito a reivindicá-la para nós, mas hoje ainda não, visto que ela traduz, na sua génese individualista e liberal, a dedicação de cada um só pelo seu bem particular e sempre em detrimento do bem colectivo. Mas o amor aos termos pode muito; dê-se à palavra o sentido de demofilia, contanto que a palavra se mantenha... Também não me parece que a solução da crise moral seja bastante. Homens muito honestos que se puzessem a governar o país, mas incompetentes, ignorantes, nada fariam. E a competência não é assegurada por instituições que a entregam ao critério do número, que é a mais odiosa das tiranias. Há uma crise política, derivada das instituições, corruptoras por natureza, que é preciso solucionar. Os homens não são nem nunca poderão ser anjos. Doutra maneira, caímos na doutrina do progresso indefinido, e então o ideal a atinjar será o anarquismo. Nada há que possa destruir a fórmula luminosa — *politique d'abord* —, interpretada com prudência.

O C. A. D. C. apareceu num momento em que tudo parecia coligar-se contra o espírito que presidiu à sua fundação. Tinha-se entrado num novo século que herdara do anterior a estupidez do horror ou da idolatria de certas palavras. O horror lá para as palavras: *ultramontano, reaccionário e jesuíta*. Quem de tal fôsse apodado ficaria estigmatizado para sempre. Lá católico ainda o espírito liberal, generosamente, liberalmente, permitia que se fôsse. Mas reaccionário, — isso não! E o veneno tinha-se introduzido em toda a parte, até no Episco-

pado de então (nalguns elementos, entenda-se, como o famoso Bispo de Viseu). O estado religioso de Coimbra antes do C. A. D. C. é-nos descrito num interessante artigo do Sr. Dr. António de Vasconcelos. Tudo formalismos e exterioridades. As festas, na catedral, «eram revestidas de notável aparato, e algumas até de grande esplendor, mas com pouco espírito de piedade! nas igrejas e em bastantes capelas havia missa todos os domingos e dias santificados, com ajuntamento de muito povo, que prestava assistência material...; todos os cidadãos iam, com raríssimas excepções, fazer a confissão e comunhão de desobriga, com a mesma pontualidade com que o caseiro ia pelo S. Miguel pagar ao senhorio a sua renda, para não ser despedido. Assistia-se à procissão da Cinza no primeiro dia de Quaresma, admirando-se platónicamente, sem espírito de imitação, as imagens dos Santos penitentes...» Enfim,—«puras exterioridades, simples formalismo, exhibições espectaculosas, sem vislumbre de sincera piedade, sem sombra de espírito cristão». Calcule-se agora como foi difficil romper através de tão cerrado negrume. E rompeu-se. De nada valeram as perseguições, tantas e tão atrozes que um «cavaleiro Kadosch» da Maçonaria, figura de scelerado que dá pelo nome de Afonso Costa, profetizava a morte do Catholicismo para dentro de vinte anos. Ficam os leitores sabendo que, sendo a «profecia» datada de 1911, daqui a cinco anos já não há católicos em Portugal... E viu-se logo como resposta um recrudescimento da fé católica por todo o país, sempre com o C. A. D. C. na brecha. Afonso Costa morrerá com a mesma sorte de todos os perseguidores que êle quis imitar, sem conseguir enterrar a Igreja. Esta perdurará através de tantos ódios, tantas paixões, tantos desvarios, vendo como tudo é efémero e transitório, menos ela que irá «até à consumação dos séculos». No meio da instabilidade das coisas terrenas só ela se mantém firme e acolhedora para todos os que já desesperavam, porque as suas mãos só encontravam areia movediça, nada de estável nos sistemas, tantos sistemas, que o homem constróe e destróe. Só a Igreja, obra divina, resiste. Só ela tem palavras de vida e de verdade.

Pois o século XIX, que tudo erigiu em dogma, até a negação do dogma católico, causou ao mundo a formidável agitação em que êste hoje se debate, e é através de dores e de sofrimentos enormes que a humanidade, qual filho pródigo, regressa a Roma, donde Pedro a chama, a procura ansioso como o Bom Pastor do Evangelho. E em

Portugal muito devemos ao C. A. D. C. nesse sentido, sendo poucos os louvores que por tal lhe dermos. Só quem vive no meio académico coimbrão sabe da influência profunda, sem barulho nem espalhafatos, que o C. A. D. C. exerce a todo o momento. Só quem lá vive sabe como é diferente e consoladora a vida de piedade dos sócios da *Católica*, que tem como consequência uma vida moral bem mais alta do que a dos outros estudantes, vida que se leva sem réspeitos humanos, porque é Deus que o quiere.

Não me quero referir à insolência «para lamentar», com que o Sr. Alberto Dinis da Fonseca se refere aos moços integralistas de Coimbra (*mocinhos* que, apesar de tudo, não se atreveriam a profanar a jaculatória tão portuguesa—«Bendito e louvado seja o Santíssimo Sacramento da Eucaristia!» com esta frase boçal: «Bendito e louvado seja o Sr. Dr. Afonso Costa!», que o Sr. Alberto da Fonseca já proferiu por *piada*), porque isso levaria a dolorosas explicações sobre a perseguição movida em 1925 contra os sócios integralistas do C. A. D. C. e que dêle os afastou, não sem que o mesmo C. A. D. C. tivesse perdido alguns dos seus elementos mais piedosos e activos.

Os mal-entendidos que houve podem desaparecer em volta das boas palavras com que os *Estudos* acolhem a *Ordem Nova*.

«Outra revista de estudantes, esta, porém, combativa, pugnando por uma *Ordem Nova*, nova porque o mundo moderno a tem desprezado e esquecido, mas velha porque os seus alicerces se encontram na Igreja, cujos ensinamentos no fundo esta revista pretende seguir. Ela podia antes ter escolhido para sua portada aquelas palavras de Maritain, no *Antimoderne*: «Nós não lutamos pela defesa e manutenção da *ordem* social e política *actual*. Nós lutamos para salvaguardar os elementos de justiça e de verdade, os restos do património humano, as reservas divinas que subsistem sobre a terra, e para preparar e realizar a *ordem nova* que deve substituir a desordem».

A *Ordem Nova* e os *Estudos* visam o mesmo objectivo. Nada há que os possa separar. Os estudantes integralistas de Coimbra devem olhar com simpatia para o aspecto religioso—razão única da sua existência—do C. A. D. C. O C. A. D. C. pode olhar-nos como amigos.

Leão Ramos Ascensão.

Pensamentos, palavras & obras

«Arte» sem moral nenhuma

Têm ultimamente aparecido nas livrarias—alguns precedidos de largo réclame—vários livros obscenos. Houve já uma inundação parecida, aqui há uns anos, quando um tal Sr. Raúl Leal publicou um opúsculo intitulado *Sodoma Divinisada*, que nas montas era ladeado pelas *Canções* dum tal António Bôto e por um livro de grande formato intitulado *Decadência*, duma desavergonhada chamada Judit Teixeira.

A intervenção dos estudantes de Lisboa pôs cobro a êste estado de coisas com grande indignação do Sr. Júlio Dantas e de vários outros impagáveis bípedes, catedráticos e não catedráticos, académicos e não académicos. Êle há cada um!

O que é facto é que o Leal e o Bôto e a Sr.^a Judit Teixeira foram todos para o Governo Civil onde, sem escolha, se procedeu à cremação daquela papelada imunda, que empestava a cidade.

Houve uma pausa. Os homensinhos e as mulhersinhas dispensaram-nos por algum tempo das náuseas que forçosamente causa a um homem normal a vista—não digo já a leitura—do seu cibo espiritual. Mas voltaram agora. Novamente, quem quer que entre numa livraria, se arrisca a encontrar a tal «arte» avariada, demonstrativa da miséria moral que por aí vai, da falta de pudor que caracteriza hoje em dia esta sociedade burguesa, traidora da burguesia e da má organização da polícia de costumes.

Ê nestas alturas que nós apreciamos a *blague* da opinião pública; reparem que é um público sem senso moral—porque hoje há uma falta aterradora de senso moral para estas coisas—que é chamado a exercer a sanção contra a desvergonha que nos vai corrompendo. Qual opinião pública! O que ela diz é que cada qual tem o direito de fazer o que lhe apetece, de escrever portanto, até os seus segredos de alcova, até as descrições de «todos os misticismos (!) do amor sensual».

Que degradação! De que forma se obliterou o conceito da arte e até que ponto se levaram as consequências do princípio enunciado tantas vezes da independência da arte e da moral! O que é pior é que estas manifestações de pouca vergonha nem sequer têm uma forma decente; nem, ao menos, uma certa graça como a que António Feijó punha nos seus versos eróticos, de sabor tão puramente clássico, ou o plebeísmo forte e pitoresco moldado em formas duma impecável correcção que se nota na poesia obscena de Bocage, ou na de Gregório de Matos. Nada disso. É uma coisa incaracterística, olheirista, gemebunda, que exala um cheiro morno—falta de arejamento, de claridade, falta até de impetuosidade, de violência e de paixão. Tudo aquilo é mesquinho, é ordinário e reles. E têm, os pobres!, a pretensão de serem originaes, de serem superiores ao vulgo, sobranceiros às conveniências! Que miséria e que tristeza!

Mas o que este facto encerra de mais grave é o sintoma que nos oferece do estado em que se encontra a sociedade burguesa, que resume os últimos gestos de energia na tentativa de endireitar as pernas anquilosadas firmando-se nos chinelos de corda... Porque o silêncio e a indiferença de toda esta gente, da sua imprensa, dos seus órgãos, dos seus intellectuais, o consentimento benévolaemente dado pela sua policia ao reclame nas paredes de todas as ruas de Lisboa e nas montanhas, demonstram a insensibilidade a que se chegou, a indiferença que há por estas coisas, a ponto de ninguém se importar com as curiosidades que o anúncio dum livro que «revela todos os mistérios do amor» causará nos adolescentes e nas adolescentes, com as leituras que os jovens e as jovens vão buscar às mais sérias, antigas e acreditadas livrarias de Lisboa, com as armadilhas que a cada canto, a cada momento estão preparadas para preverterem os que amanhã hão-de ser os homens e as mulheres portuguesas, os que amanhã hão-de constituir os lares em que será educada uma geração. Ninguém vê. Ninguém se importa. Também concordamos em que não vale a pena. Todos os dias em nossas casas entram, nos jornais, as mais preversas notícias e as mais acanalhadas prosas. Quando não é o *Diário de Notícias* que narra circunstanciadamente o último crime passional, com todos os promenores, mesmo os mais íntimos e com todos os retratos, mesmo os mais flagrantes, é o *Diário de Lisboa* que, numa página inteira, sem a noção da dignidade que todo o homem naturalmente possui, sem a consciência de que é torpe e imundo, vem narrar que nos

conventos de freiras de Espanha nascem anualmente não sei quantas mil crianças.

Talvez lá nasçam, talvez. Talvez lá sejam acolhidas muitas desgraçadas que sem êsse socor o se veriam obrigadas a deitar os filhos nas valetas, como por cá sucede, nesta terra em que não há uma Maternidade e em que constantemente aumentam os efeitos da educação sem moral nenhuma, ministrada por uma escola laica e por uma imprensa crapulosa. E haviam de ser estes a protestar contra a ofensiva da literatura obscena? Na verdade preferimos ser sósinhos a estar em tal companhia...

Marcello Caetano.

Explicação necessária

O presente fascículo da *Ordem Nova* corresponde aos n.ºs 4 e 5. Bem contra nossa vontade assim sucede; mas o atrazo causado nos serviços de administração pela demora da primeira cobrança e a perturbação resultante dos últimos acontecimentos políticos, que desviou as atenções dos nossos colaboradores, obrigou-nos a reunir num só os dois números, o que fazemos *excepcionalmente*, pedindo desculpa aos nossos assinantes e leitores.

O aparecimento da «Ordem Nova»

Ordem Nova foi acolhida com um silêncio gélido na imprensa. Isso não nos perturbou, porque estava previsto e até fazia parte do nosso programa. Alguns jornais—poucos—deram a notícia do seu aparecimento. A *Choldra* lembrou-se primeiro de nos *esborrachar* com puxões de orelhas (que maneira tão pândega de esborrachar!) mas depois reconsiderou, porque «eramos reaccionários» *mas* tínhamos ideias. O emprêgo da conjunção adversativa não deixa de ter certa graça. Na *Tarde* o Reporter X, descobriu com a sua bem conhecida sagacidade, o nosso *futurismo político-social*, dispensando-nos um pouco da atenção que trás agora dedicada à miséria do Augusto Gomes. Confessamos que não nos sentimos muito honrados com o parceiro... A

Acção Realista deu-nos na primeira página o seu apoio intelectual e moral, e nós, em compensação, cedêmos-lhe para a segunda página um trecho do artigo de Neves da Costa, que a redacção dêsse diário acompanhou de alguns cabidos comentários.

Há, porém, uma referência na imprensa a que não podemos deixar de consagrar uma atenção especial, porque seria ingratidão da nossa parte o não exprimirmos aqui o nosso reconhecimento ao Sr. Conselheiro Fernando de Sousa, pela forma cativante como S. Ex.^o tratou a nossa revista em artigo de fundo, que espontaneamente lhe consagrou em *A Época*. E fazendo-o, não deixaremos também de significar a S. Ex.^a a admiração e o respeito que lhe têm todos os que compõem o grupo da *Ordem Nova*, respeito que lhes é imposto pela nobilíssima linha moral de S. Ex.^a, pela sua tenacidade na luta, pela persistência do seu esforço e pela elevação das suas atitudes.

Honramo-nos arquivando nestas páginas alguns trechos dêsse artigo, que constitui, já agora, um dos nossos títulos de nobreza :

«ORDEM NOVA»

GRITO DE GUERRA DOS NOVOS

Causou escândalo, não há muito, no meio burguês e conservador... do seu bem-estar, o título duma revista mensal, *Ordem Nova*, que um grupo de ardidos rapazes ia fundar.

É que os belicosos sub-títulos prenunciavam guerra de morte aos carunchosos ídolos do dia.

Revista anti-moderna, anti-liberal, anti-democrática, anti-burguesa e anti-bolchevista!

Safa! que de *anti!* E, como se tal grito de guerra a preceder o título não bastasse, era êste seguido de novos toques de clarim anunciadores de combate sem trégua aos convencionalismos acomodaticios.

Contra-revolucionária; reaccionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa.

Indignaram-se desde logo os que soem clamar, como o morcego da fábula:

*«Je suis oiseau; voyez mes ailes.
Je suis souris: vivent les rats!»*

O anúncio da *Ordem Nova* fez-nos lembrar a pedra atirada ao charco, onde as rãs coaxam sonolentemente na sua monótona cegarega e em que se formam círculos crescentes, dos quais pincham os assustados batraquios.

«*Que imprudência! que exagero!*» murmuravam os conciliadores anfíbios.

«*É preciso não irritar os inimigos. Nada de provocar represálias. Mais vale velar a doutrina e lamber submissos a mão que nos fere do que dar lugar a perseguições. Conquistemos terreno milímetro a milímetro. A tartaruga da fábula, por andar devegarrado, não deixou de vencer a lebre na corrida, chegando primeiro à meta.*

Não pensam assim os irrequietos colaboradores da *Ordem Nova*. Crêem na sentença de Cristo e que a *verdade nos libertará*. Proclamam bem alto a sua doutrina, sem se importarem com os prejuízos que ferem, nem com as cobardias que põem em foco.

A sua intransigência funda-se na sentença do Apóstolo: *Não queirais conformar-vos com este século*, que aplicam à confusão de ideias do presente.

.

Bem começada vai a *Ordem Nova*. Fugam os seus colaboradores à tentação declamatória, aos fáceis verbalismos retumbantes e apaixonados. A verdade tem de ser conquistada por árduo labor e um são realismo é a base granítica do pensamento norteado pelo ideal divino. O respeito da verdade postula uma grande sinceridade e uma grande caridade, segundo a sentença de Santo Agostinho, invocada no belo artigo *Cristãos e portugueses: «paz aos homens, guerra aos erros»*.

Pois que a revista é anti-moderna, obedeça na sua orientação: o pensamento do eminente filósofo Maritain, formulado na introdução do seu *Anti-moderno*.

É bem sabido que o catolicismo é tão anti-moderno pela sua imutável fidelidade à tradição, como ultramoderno pela ousadia em se adaptar às condições novas que surgem na vida do mundo.

O mesmo pensamento constitui a conclusão desse estudo preambular e traça o caminho aos católicos de hoje, que *«devem arcar com uma obra de integração universal e embora obrigados, para manterem o seu modo de ver, a rejeitar por completo os princípios espirituais postos pelo mundo moderno e a si mesmo por êle opostos, alcuñando-se de moderno, cumprindo-lhes, não destruir o mundo moderno, mas conquistá-lo e transformá-lo».*

Procedendo assim, formando um escol de espíritos sérios, cultos, crentes e dedicados, contribuirão poderosamente para a renovação cristã da Pátria.

Nemo.

P. S.—Esta nota devia ser publicada no n.º 3 da *Ordem Nova*. Não o foi, por falta de espaço o que explica algumas referências, já descabidas, que nele são feitas. A propósito, gostaríamos que os *Estudos* nos explicassem como descobriram ser a *Ordem Nova—revista mensal de estudantes integralistas das três cidades universitárias*.

Em nome da dignidade humana!

Quando o fascismo sustem e suprime o bolchevismo devastador ou corruptor, lesa as liberdades dos cidadãos?

Quando êle impede os desperdícios e os latrocínios do parlamentarismo, quando êle dispersa e aniquila os parasitismos de toda a espécie que êsse maldito regime sustenta, lesa as liberdades dos cidadãos?

Quando êle acaba com o Estado anónimo que, sob as estampilhas da Franco-Maçonaria, ocupa os postos de direcção e dispõe dos postos de gestão numa nação que se julga emancipada, lesa as liberdades dos cidadãos?

Quando o fascismo suprime os tumultos, as dissensões, as corrupções, toda a espécie de males que trás consigo o funcionamento do

sufrágio universal aplicado ao governo do Estado, lesa as liberdades dos cidadãos?

Quando êle faz desaparecer a acção dos partidos que, por pressões directas ou por meio de manobras oblíquas, tiram aos poderes públicos a independência de decisão, de nomeação, de gestão, lesa as liberdades dos cidadãos?

O fascismo chama-se disciplina e põe fim decisivamente às formas violentas ou insidiosas da anarquia. Chama-se também libertação, porque a anarquia deixa as liberdades de cada um à mercê da tirania da colectividade caótica ou dos indivíduos e dos grupos que, no meio do caos, souberam ocupar as posições donde se dirige e donde se comanda. (Do *Nouveau Siècle* de 9 de Maio de 1926).

Sérgio e a sua comitiva

Tem S. Ex.^a... a intelectual *Seara Nova* gasto as suas preciosas páginas que semanalmente vêm a *Luz* do mundo de quem são «amigos», assim como da sua companheira a *Razão*, em dar «de murro bem puchado alegremente e sem rancor», como pede o iracundo António Sérgio, nos Integralistas e em especial nos Integralistas de Coimbra, a quem jamais perdoarão o completo fiasco das suas ideias nesta cidade.

O que estes lhes fizeram é *inqualificável* e as *falsidades* que a êste propósito tornaram público só são comparáveis às retumbantes *verdades* que a *Luz* e a *Razão* do Sérgio bacharel espalharam pelo mundo. Pelo que tenho lido nessa revista nós somos as mais malditas feras da terra, sem character, sem dignidade e as nossas ideias têm o seu princípio e fim na maior «vacuidade». Sendo assim, se nós somos sem carácter, sem dignidade, se vivemos da mentira e numa «vacuidade de ideias» onde as contradições (!) crescem em monte para que é que se preocupam tanto connosco a ponto de não deixar em paz aqueles que para sempre foram descansar!

Como Integralista declaro que tudo quanto foi dito na *Época* é a expressão absoluta da verdade. Não fui o autor dessa reportagem, mas assumo a inteira responsabilidade do que lá se diz, para que de ora avante saibam o *bacharel e comitiva alegre* quem atacam... Às acu-

sações dessa revista não respondo, por ter como principal mentor um «falsário» que despreza a dignidade dos escritores e que tão elevado se julga, que a todos nós considera uns *muchachos* turbulentos.

A. P. D. M.

«Gil Vicente»

Completo o primeiro ano a revista integralista de Guimarães, *Gil Vicente*, que se apresenta no número inicial do 2.º ano com melhor aspecto gráfico e variada colaboração. Cumprimentamos os nossos camaradas pelo triunfo obtido, agradecendo-lhes as amáveis palavras com que noticiaram o aparecimento da *Ordem Nova*.

Pela política

Consta-nos que, em virtude de ter começado o período das férias grandes, vai de novo aderir à causa Monárquica o Sr. Dr. Fidelino de Figueiredo que, por motivo do muito trabalho que o assoberbava, abandonou recentemente a política.

S. Ex.ª regressará à privada em Outubro que vem.

Uma conferência em Coimbra

O Sr. Mário de Castro realizou em Coimbra uma conferência, depois publicada na *Szara Nova* com o título «Em frente das doutrinas reaccionárias». O que essa conferência representa como documento para o processo da avariação das inteligências que o grupo do Sr. Sérgio empreendeu, é qualquer coisa que nos deixará inteiramente tranquilos a respeito do juízo que sôbre os dois movimentos que hoje se combatem, hão-de fazer os que vierem depois, se não fôsse também profundamente triste que um rapaz com as qualidades de Mário de Castro, dêsse uma tal prova de confusão mental e de má fé. Porque a verdade é que o conferente, na ânsia de encontrar contradições nas nossas doutrinas, na ânsia de destruir os nossos argumentos, faltou

ao respeito que a si mesmo deve, não cumprindo portanto a promessa que no princípio da conferência nos faz. Seria bom que todos os integralistas lessem essas páginas para verem até que ponto as nossas ideias são ignoradas, a nossa terminologia é desconhecida e os nossos conceitos são confundidos pelos adversários. Para que, ficando no final da leitura confirmados na sua certeza em virtude da pobreza da crítica, redobrem a propaganda dos princípios, esclarecendo em toda a parte e a propósito de tudo as dúvidas, as incertezas e a obscuridade dos adversários ou dos indiferentes. E chamou a *Seára Nova* um triunfo a esta conferência! Uma triste prova da formação dada aos seus adeptos, dizemos nós, deplorando-o apesar de tudo.

A situação política

Os acontecimentos têm-se sucedido velozmente—mais velozmente do que era de prever, numa sucessão de surpresas que o país acolhe com maior ou menor satisfação, mas que nos deixa apreensivos sobre o que virá...

Entretanto a situação do país não mudou sensivelmente. Não se vêem manifestações do espírito revolucionário que parece que existiu, nenhuma das transformações radicais na sociedade portuguesa que a Revolução anunciava e a Nação desejava.

Porque,—convençamo-nos todos!—a Revolução Nacional não é, não pode ser uma simples mudança de governo, de autoridades, de pessoal dirigente. Tem que ser uma revolução profunda, tem que instaurar uma Nova Ordem, dando lugar à iniciativa, à decisão, à inteligência e à competência. Tem que se fazer sentir profundamente na sociedade portuguesa, que revestir o aspecto duma *revolução social*, não no sentido da subversão, mas no sentido da organização, tomando claras atitudes de hostilidade para com os burgueses traidores da burguesia, os intelectuais traidores da inteligência e os operários traidores do operariado.

Exigiam-se novos moldes, novas directrizes para a vida social e para a vida política—e afinal o governo dá-nos uma conferência mensal dos comandantes das divisões.

Sem querermos ser pessimistas e sem termos intenções de desalentar, assalia-nos a tentação de pedir licença aos «bons republicanos»

para exprimirmos a nossa mágoa, confessando «que não era esta a ditadura que nós sonhávamos...»

A questão académica

A questão académica, que se iniciou vai para seis meses, e que desde então se tem agravado progressivamente, merece dois minutos da nossa atenção, justamente porque é um sinal de transformação que se está dando—lentamente—na vida nacional.

É que a questão académica que os governos não têm podido, não têm querido, ou não têm sabido resolver, não foi originada por uma ofensa às *briosas* academias do país, por um conflito com a polícia ou com um professor. Esses milhares de rapazes defendem a sua competência profissional, a sua especialização e a sua independência. Defendem interesses legítimos e reclamam que lhes seja facilitado o exercício da sua actividade e um maior rendimento das suas energias e do seu saber.

São os estudantes de engenharia, de agronomia, do Instituto Superior do Comércio, das Faculdades de Letras e Ciências, protestando contra a protecção dispensada aos *amadores* que muitas vezes são preferidos por favoritismos políticos e à sombra de leis imorais, para os cargos a que os diplomados têm direito em virtude duma longa preparação.

São os estudantes de direito defendendo a dignidade da profissão que hão-de exercer e lutando por uma melhor organização dos estudos jurídicos.

São todos a preocuparem-se com os interesses da sua futura profissão, com os interesses da produção nacional, com o melhoramento da vida portuguesa.

Nós saudamos daqui os estudantes em greve.

Bibliografia nacionalista

Acaba a *Nação Portuguesa* de editar num elegante opúsculo, a conferência que Pequito Rebelo realizou na Liga Naval, sobre «*As falsas ideias claras em economia agrária*».

Tinha-se demitido havia pouco do Ministério da Agricultura o engenheiro Sr. Ezequiel de Campos, que com as suas propostas para a colonização do Alentejo suscitára uma interessante e viva discussão em que intervieram, além do Ministro, alguns dos nossos mais notáveis professores, economistas e jornalistas. Foi um momento em que se agitaram ideias, em que se opuzeram doutrinas a propósito dum acto de govêrno, coisa tão rara que merece ser assinalada para que os vindouros recordem... quem sabe se invejosamente...

Pequito Rebêlo rebate na sua conferência alguns dos sofismas que mais se tinham vulgarizado, insinuando-se com a sua aparente clareza, a sua simplicidade e pseudo-intuitiva, para criar «opinião pública» a favor dos planos do bem intencionado Ministro. Publicado agora, o trabalho inteligente e consciencioso de Pequito Rebêlo, tem toda a actualidade para prevenir o espírito contra novas investidas das «ideias claras» e para corrigir os falsos juízos a que elas tenham dado origem.

Nação Portuguesa tem aberta uma inscrição para todos aqueles que queiram receber as suas separatas, com vantagens apreciáveis.

Merece bem ser auxiliado o esforço da nossa revista-madre, que tão segura e corajosamente tem lutado pelo advento da Ordem Nova.

*

* *

O Sr. Fernando Amado publicou um poema-dramático, intitulado «O Pescador», de evidentes intenções nacionalistas e cristãs.

É um grosso volume de 400 páginas, que nos abona a vasta cultura e a profundidade de espírito do autor.

«Nação Portuguesa»

Está concluída a 3.ª série da revista de cultura nacionalista *Nação Portuguesa* a primeira e a mais brilhante de todas as publicações periódicas consagradas à difusão das doutrinas nacionalistas.

Fundada em 1915 por Alberto de Monsaraz, que foi o seu primeiro director, os doze números da 1.ª série constituem hoje um precioso

documento para a história do Integralismo, porque neles se encontra a primeira forma do pensamento político da escola em que estamos integrados.

Após o pacto de Paris, António Sardinha ressuscitou-a—e com que brilho! A 2.ª série da *Nação Portuguesa* oferecem-nos hoje algumas das mais belas e das mais profundas páginas daquele que foi nosso chefe, permitindo-nos assim evocar, de vez em quando, o seu formosíssimo espírito. Está aí toda a sua vivacidade, toda a sua agudeza e todo o seu desejo de acção.

Morto António Sardinha, a direcção da revista coube a um dos seus mais queridos discípulos—a Manuel Múrias, que conseguiu manter a 3.ª série da revista à altura a que os seus antecessores a tinham elevado.

O esforço constante e inteligente de Fernandes Júnior, seu administrador e proprietário, conseguiu, por seu lado, que a revista se mantivesse e se desenvolvesse progressivamente. E a gratidão que devemos a todos os que têm trabalhado na *Nação Portuguesa* avalia-se por esta declaração simples: tem sido a *Nação Portuguesa* o lar sempre aceso em tórno do qual se reünem todos aqueles que comungam na mesma fé nacionalista. É a sua luz e o seu calor que os anima e que lhe dá energias para a luta na defesa das verdades que possuem e que hão-de fazer triunfar.

Ordem Nova portanto, cumpre um dever saudando a *Nação Portuguesa*, o seu director e todos os seus colaboradores e auxiliares

No dia em que já não houver entre os homens nem entusiasmo, nem amor, nem adoração, nem dedicação, excavemos a Terra até o centro, metamos-lhe quinhentos biliões de barrís de pólvora e que ela se despedace estrondosamente no meio do firmamento.

Alfred de Vigny.

INSTITUTO DE ANTÓNIO SARDINHA

O Instituto de António Sardinha deve iniciar a sua actividade em Outubro próximo futuro, com uma série de conferencias e círculos de estudos regularmente realizados.

Todos os nacionalistas se devem inscrever como sócios subscritores, pagando a cota "minima" mensal de 2\$50.

Também em Outubro deve começar a funcionar a «Secretaria Geral de Propaganda Nacionalista», onde se poderão obter todas as informações, subsídios bibliográficos, etc., que sejam necessários

EXPEDIENTE

Condições de assinatura

	6 números	12 números
Continente e Ilhas.....	12\$50	24\$00
Colónias portuguesas.....	—	36\$00
Estrangeiro.....	—	40\$00

Número avulso: 2\$50

Para os assinantes da *Nação Portuguesa* e eclesiásticos, no Continente:

6 números: 10\$00 12 números: 20\$00

As assinaturas não pagas directamente à Administração sofrem um aumento de *um escudo*, para despesas de correio.

DEPOSITÁRIA NO PORTO:

Livraria Eduardo Tavares Martins, Suc., L.^{da}

Rua dos Clerigos, 12 - 14

Toda a correspondência relativa a assuntos de Administração deve ser dirigida para o

Largo do Directório, 8, 3.º

LISBOA

